

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

Sebastião Jorge Agostinho Mendes

**EXTENSÃO RURAL PÚBLICA EM ANGOLA: DO MODELO COLONIAL À
IMPLEMENTAÇÃO DAS ESCOLAS DE CAMPO PARA AGRICULTORES**

Santa Maria, RS

2022

Sebastião Jorge Agostinho Mendes

**EXTENSÃO RURAL PÚBLICA EM ANGOLA: DO MODELO COLONIAL À
IMPLEMENTAÇÃO DAS ESCOLAS DE CAMPO PARA AGRICULTORES**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Extensão Rural**.

Orientador: Pedro Selvino Neumann

Santa Maria, RS

2022

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

MENDES, SEBASTIAO JORGE AGOSTINHO
EXTENSÃO RURAL PÚBLICA EM ANGOLA: DO MODELO COLONIAL À
IMPLEMENTAÇÃO DAS ESCOLAS DE CAMPO PARA AGRICULTORES /
SEBASTIAO JORGE AGOSTINHO MENDES.- 2022.
97 p.; 30 cm

Orientador: Pedro Selvino Neumann
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós
Graduação em Extensão Rural, RS, 2022

1. Extensão Rural 2. Enfoques da Extensão Rural 3.
Escolas do Campo para Agricultores I. Neumann, Pedro
Selvino II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, SEBASTIAO JORGE AGOSTINHO MENDES, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade entre outras consequências legais.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a dissertação de Mestrado

**EXTENSÃO RURAL PÚBLICA EM ANGOLA: DO MODELO COLONIAL À
IMPLEMENTAÇÃO DAS ESCOLAS DE CAMPO PARA AGRICULTORES**

Elaborada por

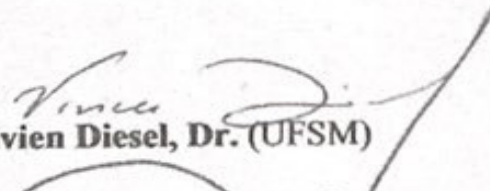
Sebastião Jorge Agostinho Mendes

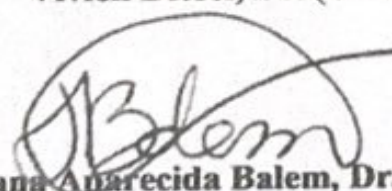
Como requisito parcial para a obtenção do grau de

Mestre em Extensão Rural


Pedro Selvino Neumann, Dr. (UFSM)

(Presidente/Orientador)


Vivien Diesel, Dr. (UFSM)


Tatiana Aparecida Balem, Dr. (IFFAR)

Santa Maria, 14 de janeiro de 2022.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus queridos pais Jorge Gaspar Mendes, Constância Diogo Agostinho Gaspar e Doroteia de Fátima Gaspar Carneiro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me conceder a oportunidade de concretizar esta etapa de aprendizagens constantes;

À Universidade Federal de Santa Maria e ao Centro de Ciências Rurais, pela oportunidade de participar do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, em nível de Mestrado.

Ao meu orientador Pedro Selvino Neumann, pelo incentivo necessário para a conclusão desta pesquisa;

Ao professor Tarcísio Samborski, pelo incentivo para cursar o mestrado;

À professora Vivien Diesel, pelas contribuições;

Ao meu colega e amigo João Amorim, que muito colaborou com a pesquisa;

Aos colegas do Programa, agora novos amigos, que levarei para a vida;

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - (CAPES) - Código de Financiamento 001;

Aos extensionistas do Instituto de desenvolvimento Rural de Angola, pelo tempo dedicado a este trabalho;

À minha família, meus maiores incentivadores.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Peso das empresas agrícolas familiares na produção agrícola	70
Tabela 2 - Área total semeada e colhida pelas empresas EAF e EAE por fileira.....	71
Tabela 3 - Repartição percentual da área nacional cultivada por região	71
Tabela 4 - Identificação dos participantes pela formação e região.....	75

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Extensão Rural, mulheres assistindo à sessão.....	59
Figura 2 – Extensão Rural, homens assistindo à sessão.....	59
Figura 3 – Mapa de Angola realçando a localização geográfica de Malanje, Huambo e Bié.....	68
Figura 4 – Identificação dos participantes por sexo	75

Aprender generosamente significa não aprender com egoísmo, buscando a aquisição do conhecimento para vaidade pessoal ou para vangloriar-se em um amanhã de triunfos exteriores, esquecendo que muito do aprendido foi ensinado para evitar sofrimento e permitir a passagem pelos trechos difíceis no longo caminho da vida.

(Raumso)

RESUMO

EXTENSÃO RURAL PÚBLICA EM ANGOLA: DO MODELO COLONIAL À IMPLEMENTAÇÃO DAS ESCOLAS DE CAMPO PARA AGRICULTORES

AUTOR: Sebastião Jorge Agostinho Mendes

ORIENTADOR: Pedro Selvino Neumann

Esta dissertação tem como objetivo geral descobrir como se dá a implementação das Escolas de Campo para Agricultores nas regiões centro e norte de Angola, bem como revelar a percepção dos extensionistas sobre esta abordagem quanto às suas vantagens e limitações. Como objetivos específicos, buscou-se descrever a origem, definição e fundamentos da Extensão Rural; identificar as diferentes transformações verificadas nos serviços de extensão rural públicos ao longo da história de Angola e a sua relação com o contexto político e social; analisar a aplicação das Escolas de Campo no contexto do projeto MOSAP II – Angola: suas potencialidades e limites do ponto de vista dos extensionistas rurais que atuam dentro do projeto. A construção e condução deste estudo envolveram estes três processos metodológicos: pesquisa bibliográfica, realizada em livros, periódicos e documentos disponíveis na internet; levantamento e questionário semiestruturado submetido aos agentes de extensão de Angola. Os achados nos permitiram identificar que a introdução dos serviços de Extensão Rural ocorreu em Angola nos anos de 1960 a 1970, por intermédio de uma cooperação entre o governo brasileiro, o governo português e o Departamento de Estudos Africanos do Instituto para a Pesquisa Econômica de Munique (IFFO). Os primeiros serviços foram adaptados da extinta Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (ACARESC), do estado de Santa Catarina (Brasil). A ACARESC utilizava uma abordagem metodológica apoiada no difusionismo. Com as críticas a esse modelo de intervenção, Angola buscou adotar abordagens amparadas na participação dos distintos agentes locais nos processos de intervenção no meio rural, com a introdução das Escolas de Campo para Agricultores, a partir de 2005, como a principal abordagem da ação extensionista. O primeiro momento da pesquisa de campo procurou identificar o perfil dos extensionistas. O segundo momento permitiu compreender como a ação extensionista ocorre na prática, por meio da sua atuação dentro das Escolas de Campo, conduzidas pelo projeto MOSAP nestas três províncias de Angola– Malanje, Huambo e Bié. Conclui-se que apesar da abordagem de Escola de Campo se mostrar promissora para o contexto angolano, ela apresenta algumas limitações ligadas às condições políticas, econômicas, sociais, culturais, históricas de Angola.

Palavras Chaves: Extensão Rural, Enfoques da Extensão Rural, Escolas do Campo para Agricultores.

ABSTRACT

PUBLIC RURAL EXTENSION IN ANGOLA: FROM THE COLONIAL MODEL TO THE IMPLEMENTATION OF FARMER FIELD SCHOOLS

AUTHOR: Sebastião Jorge Agostinho Mendes

Advisor: Pedro Selvino Neumann

The general objective of this dissertation is to discover how Farmer Field Schools are implemented in the central and northern regions of Angola, as well as to reveal extensionists' perception of this approach regarding its advantages and limitations. As specific objectives, we sought to describe the origin, definition and foundations of Rural Extension; to identify the different transformations in public rural extension services throughout Angola's history and their relation to the political and social context; to analyze the implementation of Field Schools in the context of the MOSAP II project - Angola: its potentials and limits from point of view the rural extensionists working within the project. The construction and conduction of this study involved these three methodological processes: bibliographic research, carried out in books, periodicals and documents available on the internet; survey and semi-structured questionnaire submitted to the extension agents in Angola. The findings allowed us to identify that the introduction of Rural Extension services occurred in Angola in the 1960s and 1970s through a cooperation between the Brazilian government, the Portuguese government and the Department of African Studies of the Institute for Economic Research of Munich (IFFO). The first services were adapted from the now defunct *Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (ACARESC)* in the state of Santa Catarina (Brazil). ACARESC used a methodological approach based on diffusionism. With the criticism to this intervention model, Angola tried to adopt approaches based on the participation of the different local agents in the intervention processes in the rural environment, with the introduction of Farmer Field Schools, from 2005 on, as the main approach of extensionist action. The first moment of the field research sought to identify the extensionists' profile. The second moment allowed to understand how extensionist action occurs in practice, through their work in the Field Schools conducted by the MOSAP project in these three provinces of Angola - Malanje, Huambo and Bié. We conclude that although the Field School approach is promising for the Angolan context, it has some limitations linked to the political, economic, social, cultural and historical conditions of Angola.

Key words: Rural Extension, Rural Extension approaches, Farmer Field Schools.

SUMÁRIO

Dedicatória	4
LISTA DE TABELAS	6
LISTA DE FIGURAS	7
1. INTRODUÇÃO	12
1.1 Problematização	16
1.2 Objetivos	16
1.3 Estratégia metodológica	17
1.4 Estrutura do Texto	23
2. ORIGEM, DEFINIÇÃO E FUNDAMENTOS DA EXTENSÃO RURAL	25
2.1 Definindo referências universalizantes para a Extensão Rural: enfoques da Extensão Rural	32
2.2 O enfoque difusionista	33
2.3 Metodologias difusionistas da Extensão Rural	35
2.3.1 Métodos Individuais	36
2.3.2 Métodos Grupais	36
2.3.3 Métodos de Massa	37
2.4 O enfoque participativo	37
2.5 Algumas ferramentas participativas	38
2.5.1 Mapas e maquetes	39
2.5.2 Calendário	39
2.5.3 Árvore de problemas	39
2.5.4 Diagrama de Tortas ou Diagrama de Venn	40
2.5.5 Matriz de problemas	40
2.6 Das referências universalizantes às referências contextualizadas: Escolas de Campo para agricultores - Histórico, aplicações, potencialidades e limites em diferentes contextos	41
2.7 As Escolas do Campo para agricultores na África	43
2.8 Epílogo	48
3. CAMINHOS E CAMINHADAS - A EXTENSÃO RURAL pública EM ANGOLA	52
3.1 A Extensão Rural em Angola sob a racionalidade colonialista	53
3.1.1 O contexto dos anos 1960 a 1975	54
3.1.2 O projeto-piloto de Extensão Rural do Andulo	56

3.2	Política e extensão rural em Angola 1975 - 2002	61
3.3	Política e extensão rural em tempos de paz - um recorte sobre as ECAs ..	63
3.4	Epílogo	65
4.	ESCOLA DE CAMPO NO PROJETO MOSAP II - ANGOLA: POTENCIALIDADES E LIMITES	68
4.1	Projeto MOSAP - Objetivos e estratégias	72
4.2	Como as ECAs são projetadas	74
4.2.1	Contato com a comunidade	76
4.2.2	Recursos para insumos do projeto	77
4.2.3	Desenvolvimento de currículo e formação de grupo.....	77
4.2.4	A formação dos facilitadores	77
4.2.5	A formação dos agricultores nas Escolas do Campo.....	78
4.3	Vantagens que as ECAs trazem para os produtores rurais na visão dos extensionistas	79
4.3.1	Capacitação.....	79
4.3.2	Organização dos agricultores e acesso ao mercado.....	79
4.3.3	Adoção de novas práticas agrícolas e o acesso a insumos agrícolas	80
4.3.4	Emancipação e empoderamento das mulheres	81
4.4	As limitações na aplicação da metodologia Escolas do Campo segundo os extensionistas	81
4.5	Epílogo	83
5.	Considerações Finais	86
6.	Referências bibliográficas	89
	Anexos	94
	Motivação e Objetivo	94

1. INTRODUÇÃO

Na história de políticas públicas de Angola, os serviços de extensão rural foram influenciados por uma diversidade de teorias que nortearam a atuação das agências e dos agentes nos processos de desenvolvimento das comunidades rurais. A produção, aliada à transmissão de conhecimentos científicos para os agricultores, esteve na base da concepção dos serviços de extensão rural, particularmente no contexto das ações de modernização agrícola.

Nas últimas décadas do corrente século XXI, as mudanças na abordagem teórica que ampararam os objetivos de promoção do desenvolvimento rural - a partir das críticas ao modelo difusionista - propiciaram o surgimento e a valorização de novas experiências e ampliaram os campos de atuação da extensão rural. Para Dias (2018), trata-se de novas noções nesse importante campo do desenvolvimento. Esse autor entende que

A ação extensionista se tornou mais complexa, passando a abranger temas para além dos objetivos de mudanças na base técnica agropecuária, vinculando-se, cada vez mais, às demandas pela promoção do desenvolvimento socioeconômico dos espaços rurais, para além da preocupação original e praticamente exclusiva com o desenvolvimento agrícola. (DIAS, 2018, p. 9).

Nesse processo de emergência de novas experiências e teorias, a extensão rural passou a ser entendida como um processo que envolve a participação de diferentes agentes e instituições na construção, gradativa, de novos saberes e realização conjunta de ações. Embora ainda se verifique grande predominância na utilização do modelo clássico da extensão rural – em que as intervenções estão centradas no extensionista – algumas agências de extensão decidiram investir na utilização de abordagens interativas e participativas que levam em consideração a complexidade do meio rural e buscam conferir protagonismo aos agricultores.

Essa transição tem sido estudada por vários autores, a partir de suas distintas percepções. Conforme tem-se observado, o surgimento e as abordagens de extensão inovadoras buscam ampliar os efeitos das ações e melhorar a relação entre os agricultores e as instituições. Essa é, portanto, uma preocupação para todos os segmentos envolvidos na extensão rural (MAPIYE *et al.*, 2021).

Buscando transcender essa leitura para Angola, pode-se inferir que, ao longo da história, a extensão rural tem sido um instrumento indispensável para o desenvolvimento

rural. Nesse seguimento, os serviços de extensão rural, na perspectiva de uma política pública e não de projetos e programas passageiros, foram estabelecidos nos anos 1960, a partir de um acordo entre o governo brasileiro, o governo português e o Departamento de Estudos Africanos do IFFO (Instituto para a Pesquisa Econômica de Munique) (CASTELO, 2020).

Os primeiros serviços de extensão rural implementados na República de Angola partiram de uma adaptação da então existente no estado de Santa Catarina (Brasil), desenvolvida pela já extinta Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (ACARESC), que apresentava uma filosofia de trabalho inspirada no Extension Service norte-americano (OLINGER, 2020).

Dado o contexto histórico que se vivia na época (entre 1960 e 1975), com o aumento das hostilidades contra o regime português, o que deu origem à luta pela libertação nacional que instituiu a República de Angola como um país independente e soberano, o projeto teve que ser interrompido. Entretanto, ao longo dos anos, já com Angola independente de Portugal, foram implantados, por distintos meios, outros projetos de extensão rural, com ações em algumas comunidades, porém não de forma permanente e abrangente.

Atualmente, os serviços de extensão rural estão focados, principalmente, na agricultura familiar, como uma forma de melhorar as condições de vida das famílias camponesas. Nesse sentido, após a ‘retomada da paz’, a nação procura formas de recuperar o seu setor primário que já esteve entre os mais competitivos do mundo.

Esse resgate de valores da extensão rural implica, diretamente, na implementação de novas políticas de desenvolvimento rural, com foco na recuperação do setor agrícola, na diversificação da economia e no regresso às grandes produções que sustentavam os distintos povos antes da guerra civil, que aconteceu entre 1975 e 2002 e destruiu grande parte das infraestruturas.

Para tal, a busca de novas metodologias de extensão rural que valorizem a cultura, os saberes e valores do campo e coloquem os produtores rurais como agentes ativos do seu próprio desenvolvimento e não como meros espectadores no processo de implementação das políticas públicas de extensão e desenvolvimento rural tem se mostrado o caminho mais seguro e viável para alavancar o setor da agricultura familiar. Enfatiza-se que, para se alcançar os objetivos visados - recuperação do setor agrícola, requer-se um conjunto articulado de intervenções no meio rural; uma se refere ao âmbito

metodológico da extensão e é esta que será enfatizada no trabalho. A discussão do modelo institucional da extensão rural, por exemplo, não será enfatizada.

Nesse sentido, a utilização da abordagem de Escolas de Campo para Agricultores (ECA) que apresenta uma filosofia de atuação amparada na participação de diferentes atores e instituições na formulação de políticas públicas tem sido, nos últimos anos, a principal abordagem que norteia a atuação dos extensionistas em Angola.

Partindo dessa visão, que parece renovada, reinventada, o governo recente, com o apoio da cooperação internacional, vem financiando programas de extensão rural para apoiar os pequenos produtores. Com iniciativas locais de investimento em educação, as novas políticas de extensão parecem querer atrair a população mais jovem ao campo e provocar nela novos interesses pela permanência em suas comunidades, porém com acesso a todos os meios produtivos e os direitos básicos de educação, segurança, saúde, dentre outros.

Salienta-se que, em Angola, o sistema de extensão rural pública é a maior e mais comum fonte de informação para os agricultores familiares, por isso há uma aparente mobilização das famílias agricultoras, suas organizações associativas e suas comunidades.

Estudiosos já apontam que a extensão rural, nessa visão que se renova, “é um dos maiores empreendimentos do governo local, com o Ministério da Agricultura e das Pescas, detendo o monopólio de fato sobre a prestação de serviços de extensão rural” (MAPIYE *et al.*, 2021).

De modo a entender como são conduzidos os atuais serviços de extensão rural, este estudo se propõe a descobrir como se dá a implementação das Escolas de Campo para Agricultores nas duas regiões definidas pela pesquisa, bem como revelar a percepção dos extensionistas sobre esta abordagem quanto às suas vantagens e limitações.

O acesso aos dados foi feito a partir dos relatos de profissionais ligados ao Instituto de Desenvolvimento Agrário de Angola (IDA), instituição pública responsável pela elaboração e implementação de políticas públicas que visam ao desenvolvimento rural.

Considera-se que esta pesquisa tem uma importância para a academia, pois poderá revelar se e como os novos debates acerca da extensão rural se recriam em Angola. E, ainda, como as novas visões dos gestores locais poderão balizar as críticas ao difusionismo e construir, de fato, novas estratégias de valorização dos recursos humanos

e naturais desse país que carece de ações urgentes de produção e consumo de alimentos fartos e diversificados.

Para subsidiar a dimensão investigativa deste estudo, foi definido como tema orientador a Extensão Rural Pública em Angola: do modelo colonial à implementação das Escolas de Campo para Agricultores. Entende-se que a compreensão dos modelos de oferta de serviços de extensão rural poderá desvendar elementos importantes da extensão rural nessas duas regiões e, em futuros estudos, ampliar para outras regiões angolanas, também com tradição na pequena agricultura.

Localizada na Costa Ocidental da África, a República de Angola é um país limitado ao Norte e Noroeste pela República Democrática do Congo, a Leste pela Zâmbia, a Sul pela Namíbia e a Oeste pelo Oceano Atlântico. O país ocupa uma superfície de 1.246.700 km² e a população está estimada em 28,8 milhões de pessoas, das quais 43% moram em zonas rurais (INEA, 2014). Angola conquistou a sua independência de Portugal em 1975, mas logo após a proclamação da independência o país mergulhou em uma intensa guerra civil, que terminou em 2002, com a assinatura do acordo de paz entre as principais forças políticas envolvidas no conflito.

Nesse contexto complexo e de muitas relações – econômicas, políticas, sociais e culturais – cabe informar que, desde a retomada da paz, o governo de Angola em parceria com instituições de nível internacional vem financiando programas de extensão rural para apoiar os pequenos produtores. Essa ação que está em curso e é recente inclui o incentivo a diversos sistemas produtivos, que requerem informações específicas e construídas com as populações.

O presente estudo foi delimitado entre as Províncias do Bié, Malanje e Huambo, caracterizadas pela forte predominância de agricultores familiares. Nessas três províncias, as comunidades rurais são consideradas produtoras de mandioca, batata doce, batata inglesa e milho, que garantem parte da alimentação das famílias. Porém, tais atividades demandam novas pesquisas e novas intervenções permanentes de extensão rural.

Perante tais concepções, considera-se que um trabalho desta natureza decorre da importância de se discutir e investigar aspectos ligados à implantação e ao desenvolvimento dos serviços de extensão rural e as principais abordagens e práticas que norteiam a organização dos serviços públicos, bem como a ação dos seus agentes. Apesar da importância das políticas de extensão rural e dos segmentos da agricultura e da pecuária, é possível apontar que ainda há pouca literatura disponível sobre o assunto.

Outro argumento que sustenta o interesse nessa pesquisa é o fato de ser cidadão angolano e, como mestrando do curso em extensão rural, tem-se a intenção de investigar tais questões, discuti-las nos vários espaços públicos e usá-las como fundamento para novas pesquisas, particularmente inovadoras estratégias que possam mobilizar as populações angolanas a reconhecer suas potencialidades.

Do ponto de vista prático, espera-se que o estudo contribua para ampliar os conhecimentos na área de extensão rural e sirva também de referência para outros acadêmicos e formuladores de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento agrícola e rural de Angola.

1.1 Problematização

Para efeito do delineamento do estudo, estabeleceu-se as problemáticas descritas a seguir, diretamente associadas com a metodologia de investigação e debate acerca das práticas de extensão rural.

Considerando tais indicações, entende-se que alguns questionamentos poderão trazer à tona respostas à inquietação acerca das práticas de extensão rural pública no Norte e no Centro de Angola. No campo teórico, ao mesclar os conceitos atuais de extensão rural com os dados primários e secundários, está se buscando responder às seguintes questões:

Como se dá a implementação das Escolas de Campo para Agricultores nas duas regiões definidas pelo estudo?

Qual é a percepção do extensionista sobre esta abordagem quanto às suas vantagens para o agricultor e às suas limitações?

1.2 Objetivos

O objetivo geral do trabalho se propõe a descobrir como se dá a implementação das Escolas de Campo para Agricultores nas regiões Centro e Norte de Angola, bem como revelar a percepção dos extensionistas sobre esta abordagem quanto às suas vantagens e limitações.

Para atingir o objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Descrever a origem, definição e fundamentos da Extensão Rural;

- Identificar as diferentes transformações verificadas nos serviços de extensão rural público ao longo da história de Angola e a sua relação com o contexto político e social;
- Analisar a aplicação das Escola de Campo no contexto do projeto MOSAP II – Angola: suas potencialidades e limites do ponto de vista dos extensionistas rurais que atuam dentro do projeto.

1.3 Estratégia metodológica

O objetivo desta seção é discorrer sobre os caminhos metodológicos percorridos na construção do presente estudo, descrevendo os passos da investigação; a escolha pela pesquisa qualitativa; as técnicas e os procedimentos utilizados. Também se identifica os sujeitos participantes da investigação, os critérios de validação da entrevista semiestruturada e as limitações apresentadas no decorrer do estudo.

Como assegura Lakatos (2003), pode-se dizer que a pesquisa é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo. Nesse sentido, ela permite conhecer a realidade de um determinado grupo ou fenômeno e produzir novos conhecimentos. Contudo, é importante constatar que, por requerer um tratamento científico, os procedimentos para se alcançar os resultados esperados podem ser complexos e difíceis. Ainda de acordo com Lakatos (2003, p. 160), a pesquisa científica “estuda um problema relativo ao conhecimento científico ou à sua aplicabilidade”.

Tendo em vista o seu propósito de ampliar os conhecimentos da área em estudo, essa pesquisa classifica-se como exploratória. Para Gil (2002), as pesquisas de caráter exploratório proporcionam maior familiaridade com o problema; nesse sentido, a construção de hipóteses torna-se mais factível. Seguindo essa lógica, pode-se dizer que essa pesquisa busca o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.

Conforme Cervo, Bervian e Silva (2006), a pesquisa exploratória define critérios, métodos e técnicas para a elaboração de um estudo. Ela objetiva oferecer informações sobre o objeto pesquisado e orientar a formulação de hipóteses. Para alcançar os resultados esperados, a pesquisa exploratória envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado, e análise de exemplos que estimulem a compreensão (SILVA; MENEZES, 2005, p. 21).

A construção e condução dessa pesquisa envolveram esses três processos metodológicos: pesquisa bibliográfica, realizada em livros, periódicos e documentos disponíveis na internet; levantamento das localidades em que estão inseridas as escolas de campo e a aplicação de questionário com a participação dos agentes de extensão de Angola.

A pesquisa bibliográfica foi realizada por meio da leitura e do fichamento de artigos científicos publicados em periódicos nacionais e internacionais; anais de congressos e outros eventos; páginas da internet relacionadas com o tema; livros; teses e dissertações que versam sobre a temática orientadora da Extensão Rural nos contextos atuais.

A busca de informações nos sites oficiais do governo de Angola, especificamente do Ministério da Agricultura e de outras instituições que trabalham com investigação científica sobre o tema pesquisado, mostrou-se inviável. Os estudos relacionados com o tema em questão ainda são muito novos em Angola e não permitem identificar, analisar e criticar os elementos metodológicos e políticos dos serviços locais de Extensão Rural.

Se, por um lado, a escassez de material bibliográfico, nos sites de Angola, aumentou as dificuldades no percurso investigativo, por outro, essa limitação sedimentou o interesse em produzir essa pesquisa, utilizando outras técnicas de coleta de dados primários e secundários. Frente a tal barreira, direcionou-se a atenção para a busca de dados em sites internacionais e de organizações de cooperação internacional, como o Banco Mundial e a FAO.

Considerando que Angola sempre contou com a cooperação internacional e instituições de outros países, particularmente na construção de políticas públicas de desenvolvimento rural, buscou-se estudos de pesquisadores de Portugal e do Brasil. Foram identificados aqueles que participam ou participaram de pesquisas relacionadas à extensão rural em Angola.

Cabe destacar que Angola tem sido objeto de interesse de estudo por parte de investigadores internacionais, com principal destaque para os pesquisadores portugueses. Esse interesse por conhecer a realidade angolana surge primeiramente pelas raízes históricas dos dois países e, segundo, pelo fato de Portugal ter em seu acervo documentos que dão conta da realidade angolana nas mais diversas áreas, sobretudo documentos relacionados aos trabalhos de extensão rural na era colonial.

Essa mudança de estratégia de investigação permitiu não só diminuir as dificuldades nos achados de fontes bibliográficas para compor a pesquisa, mas, sobretudo, ampliar as possibilidades e redimensionar os caminhos da pesquisa. Nesse sentido, foi construída uma linha de proximidade entre os termos usados nos sites com o objeto pesquisado, que é a extensão rural em Angola.

Estes foram os principais termos buscados em sites, nos três idiomas usados em Angola:

Quadro 1 – Principais termos buscados para a pesquisa bibliográfica

Português	Espanhol	Inglês
Extensão rural	Extensión rural	Rural extension
Extensão agrícola	Extensión agrícola	Agricultural extension
Metodologias da extensão rural	Metodologías de extensión rural	Rural Extension methodologies
Abordagens de difusão e inovação	Enfoques de difusión de innovaciones	Diffusion of inovations approaches
Enfoque sistêmico	Enfoque sistémico	Systemic approach
Agricultura em Angola	Agricultura em Angola	Agriculture in Angola
Metodologias participativas	Metodologías participativas	participatory methodologies
Escola de Campo para Agricultores	Escuela de campo de agricultores	Farmer field school

Fonte: Elaborado pelo autor.

Cabe enfatizar que os temas extensão rural no mundo e extensão rural nas américas apresentaram maiores resultados nas buscas. Especificamente sobre a extensão rural no continente africano, e em particular em Angola, obteve-se poucos resultados. Esse fato parece ratificar a percepção do fraco interesse por parte de investigadores angolanos sobre a área da extensão rural. Grande parte das referências bibliográficas, que tratam sobre o histórico da extensão rural pública em Angola no período colonial, foram obtidas a partir do intercâmbio com pesquisadores de Portugal.

A principal técnica utilizada para coleta de dados qualitativos foi a aplicação de um questionário composto de questões abertas e fechadas. O questionário (em anexo) foi dividido em duas partes: a primeira, com o objetivo de obter dados sobre o perfil dos

extensionistas; a segunda, com o objetivo de responder às questões que orientam a pesquisa.

Junto com o questionário foi anexada uma nota explicando a natureza da pesquisa, sua importância, o objetivo e a motivação que me levou a abordar o tema. A nota também está anexada à Dissertação.

A elaboração do roteiro para a entrevista constitui tarefa complexa e sempre dependente da problemática que se pretende elucidar. O roteiro deve conter todas as perguntas que se consideram relevantes para se alcançar os objetivos pré-estabelecidos pela pesquisa. A sua complexidade exige cautela e uma análise aprofundada das principais questões que se pretendem abordar de modo a serem reduzidas as inconsistências quando o pesquisador estiver em campo. Desse modo, a aplicação de um roteiro como pré-teste pode evidenciar as falhas que poderiam ocorrer em campo.

Segundo Gil (2002), o primeiro passo nessa etapa consiste em selecionar indivíduos pertencentes ao grupo que se pretende estudar. Seu número pode ser bastante restrito, independentemente da quantidade de elementos que compõem a amostra a ser pesquisada. É necessário que esses indivíduos sejam típicos em relação ao universo pesquisado e que aceitem dedicar mais tempo para responder às questões do que os que serão escolhidos para o levantamento propriamente dito.

Com o propósito de obter indicadores para validação do instrumento de coleta de dados, foi realizado um pré-teste com três extensionistas: um de cada província do estudo, Huambo, Malanje e Bié.

A fase de pré-teste trouxe à tona algumas inconsistências e demonstrou a necessidade de se reduzir perguntas e chegar ao objetivo pretendido. Assim, o questionário foi reformulado, seguindo as recomendações de Gil (2002, p. 203):

Se os entrevistados deram mostra de cansaço ou de impaciência, é provável que o número de perguntas seja excessivo, cabendo reduzi-lo. Pode ser conveniente fazer uma mesma pergunta sob duas formas diferentes, com o objetivo de sondar a reação dos pesquisados a cada uma delas. No pré-teste pode-se ter uma ideia do possível contágio que uma pergunta exerce sobre outra, bem como acerca do local mais conveniente para incluir uma pergunta delicada etc.

Destaca-se, ainda, que, devido às dificuldades iniciais de estabelecer contato com os demais extensionistas envolvidos na pesquisa, optou-se por não se estender o pré-teste

para uma amostra maior de participantes. Por conta das alterações feitas no questionário do pré-teste, os seus resultados não foram incluídos na análise geral dos dados.

Depois das alterações, o questionário foi reenviado para os extensionistas. Nessa fase da pesquisa de campo, participaram dez extensionistas ligados ao Instituto de Desenvolvimento Rural (IDA). Os questionários foram enviados para os e-mails particulares, e as orientações para respondê-los foram feitas pelo WhatsApp. A escolha dessas ferramentas foi necessária porque os contatos institucionais estavam inativos.

Devido à impossibilidade de o pesquisador se deslocar do Brasil para Angola, dado o contexto pandêmico que obrigou o fechamento das fronteiras e como consequência o cancelamento dos voos, buscou-se a participação de amigos e familiares de confiança, a quem foram dadas as orientações de como proceder na entrega dos questionários aos extensionistas que não usam o WhatsApp. Esse é outro fato limitante, provocado pelas restrições nos serviços de internet em Angola.

Vale ressaltar que as respostas foram dadas por escrito e por áudio e sistematizadas após a identificação dos extensionistas e das suas respectivas ações e localidades de trabalho, já que se está tratando dos serviços de ATER no Centro e no Norte de Angola.

Embora 10 extensionistas responderam o questionário que foi submetido, esperava-se um número maior de respostas, entre 20 e 30. Muitos dos extensionistas selecionados na primeira fase de campo não deram retorno dos questionários. Outros retornaram os questionários demasiado tarde. Essa condição obrigou a selecionar – também a distância e usando as ferramentas citadas – novos extensionistas interessados em participar da pesquisa e com disponibilidade de tempo para retornar as respostas dentro do prazo estabelecido.

Foi da Província de Malanje (Norte de Angola) que veio o índice de respostas mais alto. Dos dez extensionistas que responderam ao questionário, cinco são da província de Malanje. Julga-se que esse fato ocorreu porque sou natural desta província e há uma relação de confiança entre as partes envolvidas.

Já a Província do Bié (Centro de Angola) registou o índice de respostas mais baixo em comparação com as outras duas. Nesse território, dos 10 questionários submetidos aos participantes foi respondido apenas um.

Considera-se importante observar que, quanto ao número de entrevistados, não foram utilizados critérios de amostragem probabilística. Segundo Duarte (2012, p. 143-

144), numa metodologia de base qualitativa, o número de sujeitos que virão a compor o quadro das entrevistas dificilmente poderia ser determinado a priori, pois há uma dependência da qualidade das informações obtidas em cada depoimento, assim como da profundidade e do grau de recorrência e divergência destas informações.

Sobre as dificuldades de se desenvolver uma pesquisa dessa natureza em Angola, em um primeiro momento destaca-se o contexto vivido a partir de finais de 2020 e início de 2021 com o surgimento e a propagação da Covid-19 pelo mundo. Essa doença, classificada como pandemia, alterou, por um dado momento, as relações entre pessoas e países. Um dos problemas gerados pela pandemia, entre outros, foi o encerramento das fronteiras, impedindo, destarte, a livre circulação de pessoas e bens.

Esse cenário caótico e de muitas incertezas vividas um pouco por todas as partes do mundo obrigou a repensar os caminhos da pesquisa. Segundo o que se previa inicialmente, o estudo abrangeria um leque maior de participantes, incluindo, dessa forma, além de extensionistas rurais, alguns agricultores familiares atendidos, bem como gestores públicos responsáveis pela formulação de políticas públicas de extensão e desenvolvimento rural.

Acredita-se que a inclusão destes intervenientes dos serviços de extensão rural traria maior enriquecimento ao estudo, o que desde já se deixa de recomendação para os futuros pesquisadores interessados em aprofundar o estudo. Para mais, dadas as dificuldades que se impunham, entende-se como o caminho de maior viabilidade a inclusão, apenas, de profissionais de extensão rural no estudo.

Todavia, apesar do impedimento da viagem à Angola, para coleta de dados primários e secundários, foi decidido fazer alguns ajustes da pesquisa, com o uso da internet. Contudo, é importante pontuar que, segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística de Angola (2014), em Angola, a cobertura para o acesso à internet chega apenas a 10% da população, cenário que se agrava quando se analisa apenas o meio rural; segundo essa mesma fonte, a cobertura nestas regiões de Angola é de apenas 7%.

Entretanto, com o acesso restrito aos serviços de internet, muitos extensionistas participantes da pesquisa tiveram dificuldades em retornar os questionários, alguns deles nem sequer faziam uso de e-mail e WhatsApp, principais ferramentas de contato utilizadas na pesquisa. Para estes últimos, fez-se necessária a entrega física dos questionários para o devido preenchimento, conforme já se fez referência.

Essa situação evidenciou, ainda, as dificuldades para acessar tanto os gestores das instituições públicas, quanto os acervos de documentos oficiais que interessavam. Apesar do perceptível avanço no uso de Tecnologia da Informação e Comunicação dentro das instituições para melhorar a relação com o público em geral, percebe-se que as instituições em Angola ainda não dispõem de interesses e de parcerias para melhorar tais serviços, de suma importância para o desenvolvimento rural, na atual circunstância. Muitos dos contatos disponibilizados estão inativos há vários anos e em diversos casos não se obteve respostas dos questionamentos submetidos.

1.4 Estrutura do Texto

O trabalho em referência foi estruturado em três capítulos, a seguir apresentados, a fim de melhor introduzir o leitor nas temáticas deste estudo.

O primeiro capítulo apresenta aspectos introdutórios, com uma abordagem síntese sobre o tema em questão. Ainda nesse capítulo são apresentados a delimitação do tema, o problema de pesquisa, a justificativa e os objetivos da Dissertação. Ao fim do capítulo, evidencia-se os aspectos metodológicos que tornaram possível a realização da pesquisa. Nessa seção são descritos os dois tipos de pesquisas que deram norte ao trabalho. Para mais, são apresentados os procedimentos utilizados, a população participante da pesquisa, como foi construído o questionário, bem como os principais gargalos enfrentados durante o processo de investigação.

Na sequência, no segundo capítulo, são discutidos os aspectos históricos e conceituais da extensão rural. São apresentadas a origem, definição e fundamentos da extensão rural. Na segunda seção são discutidos os métodos da extensão rural. Ao final, que compreende a terceira seção, são apresentados os principais enfoques que norteiam a ação extensionista desde as referências universais às referências por contexto.

O terceiro capítulo faz uma discussão sobre o contexto histórico que deu origem à primeira iniciativa de extensão rural em Angola enquanto política pública. Na sequência, os estudos de Hermann Possinger e a visão dos demais autores permitiram novos olhares sobre o tema: a implementação do projeto-piloto de extensão rural do Andulo, que foi, segundo os achados da pesquisa, o primeiro projeto público de extensão rural em Angola. Depois é discutida a situação da extensão rural pública em Angola entre 1975 e 2002 e a implementação da abordagem de extensão rural Escolas de Campo para Agricultores

como a principal abordagem norteadora dos serviços públicos de extensão rural no período pós 2002.

No quarto capítulo, faz-se uma discussão sobre as Escolas de Campo no projeto MOSAP - Angola, suas potencialidades e limites, bem como se analisa o perfil dos extensionistas que atuam no projeto.

2. ORIGEM, DEFINIÇÃO E FUNDAMENTOS DA EXTENSÃO RURAL

Para aclarar as origens da extensão rural em Angola e as principais abordagens e práticas de extensão rural que norteiam a organização dos serviços públicos no espaço rural, convém, de forma breve, fazer uma trilha sobre os principais conceitos e fundamentos da extensão para facilitar a compreensão.

O presente capítulo da Dissertação visa ampliar a compreensão acerca das questões centrais da pesquisa. Aqui serão abordados aspectos conceituais e históricos, com base nas leituras e percepções de vários autores: origem, definição e fundamentos da extensão rural, principais enfoques da extensão rural e os seus métodos, conceitos e fundamentos das escolas de campo de agricultores.

O termo extensão rural é difícil de ser conceituado, justamente porque está organizado em diferentes modos para procurar alcançar uma série de objetivos. Além disso - perseguir objetivos distintos - a extensão vem se realizando em diferentes contextos sociais - continentes, nações e localidades - e em diferentes períodos históricos. Estes fatores contribuem para introduzir diferenciação em suas práticas. Desse modo, o seu caráter polissêmico traz diferentes significados para a expressão extensão rural fazendo com que não existam consensos na sua definição. Entretanto, a literatura traz algumas interpretações que apresentam pontos de convergência.

Conforme Swanson e Claar (1984), a extensão apresenta duas dimensões: a dimensão comunicativa e a educativa. A dimensão comunicativa é entendida como um processo contínuo de transmissão de informações úteis à população; a dimensão educativa ajuda a população na aquisição dos conhecimentos, capacidades e atitudes necessárias para utilizar de forma eficaz as informações que lhe são transmitidas.

Esses autores apontam que o objetivo do processo de extensão é permitir às pessoas utilizarem essas capacidades, conhecimentos e informações para melhorar os seus níveis de vida. Eles mostram que a extensão pode ser usada em projetos de diferentes naturezas e não especificamente em projetos agrícolas. O termo extensão é abrangente e suas funções podem ser aplicadas tanto por entes privados quanto por entes públicos para alcançar diversos objetivos.

Já a expressão extensão rural define o campo de aplicação do processo de extensão. Para Olinger (2020), a extensão rural é um processo de ensino extracurricular da escola formal, com a finalidade de contribuir para a melhoria da qualidade de vida das

famílias rurais. Ela atua por meio do ensino de práticas ou técnicas capazes de elevar a produtividade dos solos, das plantas, dos animais, das águas e, sobretudo, do trabalho humano.

Em geral, as iniciativas de extensão rural têm o poder de estabelecer melhoria na forma de produção e de igual modo na renda proveniente das colheitas ou das safras e do desempenho zootécnico dos animais. Ademais, o autor acrescenta que

Utiliza-se do princípio pedagógico que devemos “ensinar a fazer fazendo”, por meio de demonstrações práticas, nas propriedades individuais e comunidades rurais, em parceria com adultos e jovens componentes das famílias rurais, de ambos os sexos, de forma participativa. Ao mesmo tempo que transmite novos e úteis conhecimentos, adquire outros que lhes permite aperfeiçoar o processo de ensino-educação. As práticas ensinadas devem ser tecnicamente possíveis, economicamente justificáveis, socialmente desejáveis, ecologicamente corretas (OLINGER, 2020, p. 21).

Sincronicamente ao conceito de Olinger, Maunder (1972) define a extensão rural como um serviço ou sistema que auxilia as populações rurais, por intermédio de processos educacionais, a melhorar os métodos e as técnicas agrícolas, de igual modo, melhorando a eficiência produtiva e, conseqüentemente, a renda e eleva os padrões sociais e culturais da vida rural.

Esse autor faz um alerta, apontando que a extensão rural não pode ser equiparada à expressão transferência de tecnologia. Embora a extensão rural seja uma parte importante do processo de transferência de tecnologia, os dois termos não podem ser considerados sinônimos. Portanto, a transferência de tecnologia é uma das funções dos serviços de extensão rural.

Entre as funções da extensão rural estão incluídas a comunicação dos resultados e o acesso dos agricultores a fontes de informações práticas e úteis por meio de ações em grupos organizados. Os agentes da extensão rural trabalham com agricultores para ensinar práticas agrícolas mais acuradas, novas técnicas e tecnologias com maior eficiência, organizados em um sistema com direção e apoio administrativo (AXINN, 1988).

Na trilha da análise do significado da palavra extensão, é adequado buscar o entendimento das expressões extensão rural e extensão agrícola, com o objetivo de facilitar a compreensão e assegurar a percepção de seus fundamentos. Desse modo, cabe ainda trazer para a discussão o conceito de extensão agrícola e extensão rural de Diesel e Dias (2010), que apontam a vinculação da extensão agrícola com aspectos relacionados à eficiência técnica e econômica dos processos de produção agropecuária.

Para tais autores, a extensão rural integra-se à diversidade das intervenções orientadas à promoção de maior sustentabilidade, dinamismo econômico e equidade social no meio rural. Esta última leva em conta as diversas problemáticas enfrentadas pelos moradores das zonas rurais que podem ser permeadas pela cultura, contexto socioeconômico e ambiental.

As origens históricas da extensão rural datam do período do Renascimento com o surgimento do movimento em favor da ligação da educação às necessidades da vida e pela aplicação da ciência às necessidades práticas. Conforme True (1929, p. 2), “o surgimento da ciência moderna no século XVII impulsionou o interesse pela nova produção de conhecimento no campo da educação”.

Entre 1300 e 1700 houve uma transformação nos países da Europa de suas formas feudais medievais em sistemas sociais modernos. O desenvolvimento e a transformação atingiram diversas áreas da economia e da política, conseqüentemente, promoveram uma mudança social significativa (TRUE, 1929).

O crescimento dos estados nacionais e a exploração e descoberta europeia do resto do mundo envolveram não só uma nova apreciação dos escritos clássicos e formas de arte redescobertas, mas também de muitas novas ideias e atividades, um espírito de humanismo e investigação racional. Jones e Garforth (1997) apontam que o mais antigo texto agrícola renascentista conhecido foi escrito em latim, por Pietro de Crescenzi, no ano de 1304, foi traduzido para o italiano e o francês e se tornou o primeiro livro sobre agricultura a ser impresso em meados do século XV.

De acordo com True (1929), os serviços de extensão rural na Europa foram impulsionados pelas sociedades agrícolas com uma das primeiras a ser criada na Escócia. O objetivo das sociedades era o de transmitir aos seus integrantes o que era desenvolvido na intenção de melhorar a disseminação de informações e fomentar a criação de organizações que atuassem na melhoria da agricultura local.

Essas sociedades, com destaque para as da América do Norte, tiveram um papel muito importante na promoção de feiras voltadas não só para venda de produtos agrícolas, mas também com finalidade educativa (SWANSON; CLAAR, 1991).

O primeiro serviço moderno de extensão agrícola surgiu na Irlanda, como resultado de uma crise provocada pela praga da batata que causou a escassez do produto durante meados do século XIX. Na época, como a população era predominantemente

camponesa e dependia da produção de batata para a sua subsistência, os efeitos da crise foram particularmente graves e persistiram até 1851.

Este serviço funcionou de 1847 a 1851, funcionando inicialmente em pequena escala e em esquemas provisórios. O novo vice-rei britânico nomeado para a Irlanda em 1847, o Conde de Clarendon, logo após sua chegada a Dublin, escreveu uma carta (Jones, 1982) ao presidente da Royal Agricultural Improvement Society da Irlanda (fundada em 1841), que atuou como a sociedade central para várias sociedades agrícolas locais. Esta carta, não menos do que uma diretiva oficial, exortou a sociedade a nomear conferencistas itinerantes para viajar pelos distritos mais desfavorecidos para informar e mostrar aos pequenos agricultores, em termos simples, como melhorar seu cultivo e como cultivar raízes nutritivas que não sejam batatas (JONES e GARFORTH, 1997, p. 29).

Ademais, os autores apontam que os instrutores em manejo de Lord Clarendon eram nomeados, implantados, pagos e informados semanalmente à sociedade. Parte do controle das atividades era feita pelos donos das propriedades. Durante a vigência do projeto, os financiamentos para o seu funcionamento vinham em parte de fundos públicos e parte era financiada pelos produtores e por pessoas singulares que faziam as suas doações.

No século XIX, os sistemas de extensão agrícola haviam se espalhado em muitos países europeus: Alemanha, França, Holanda, Dinamarca, Inglaterra. Neste último, no final da década, foi deliberada a criação de vários decretos, os quais estabeleceram a organização de um conselho de agricultura, promoveram a educação técnica agrícola e possibilitaram o início do trabalho de extensão agrícola. Para manter os serviços, as atividades eram sustentadas com fundos públicos e, na virada do século, esse tipo de trabalho existia em toda a Inglaterra.

O emprego do termo extensão foi pela primeira vez usado na Inglaterra, no século XIX. As discussões acerca da origem do termo se deram em torno de como as universidades poderiam atender às necessidades educacionais das populações em rápido crescimento. O termo significava uma extensão da universidade com o ensino, funcionando fora do campus. As pessoas que ensinavam na universidade também ensinavam fora da universidade. Essa extensão não era necessariamente agrícola. Porém, na década de 1890, os assuntos agrícolas eram abordados por professores itinerantes em áreas rurais (ALMEIDA, 1989).

Nos Estados Unidos da América, a extensão universitária se estabeleceu por meio das bibliotecas municipais, em Buffalo, Chicago e Saint Louis, espalhando-se para

diversos estados e municípios que adotaram diferentes iniciativas de extensão. De igual modo, essas iniciativas fomentaram a introdução das atividades de extensão rural no país (ALMEIDA, 1989).

Segundo Jones e Garfoth (1997), nos Estados Unidos, coube às Universidades e seus professores líderes assumirem o início e a organização das atividades de extensão rural. Em 1914, foi aprovada a Lei Smith-Lever, que estabeleceu o Cooperative Extension Service, uma cooperação tripartite dos governos federal, estadual e municipal, com o colégio estadual como agência de extensão, com o objetivo de auxiliar na difusão de informações e práticas sobre assuntos relacionados à agricultura e à economia doméstica. Nos territórios tropicais, o desenvolvimento e a organização do trabalho de extensão agrícola ocorreram especialmente em territórios coloniais.

Após a Segunda Guerra Mundial, a hegemonia estadunidense se consolidaria junto ao modelo capitalista de produção. Iniciava-se uma fase de industrialização e substituição das importações, em que foi contemplado como componente fundamental o setor da agricultura através da produção de comida “barata” para populações urbanas crescentes e para o fornecimento de matérias-primas para as indústrias transformadoras (ARDILA, 2010). Esse movimento teve como principal eixo a criação de tecnologias para o desenvolvimento do setor agrícola, tendo em vista que em muitos países a produtividade média de culturas e espécies tradicionais e animais estava muito abaixo da média mundial, então foi preciso levantá-la.

Neste contexto, o serviço de Extensão Rural dos EUA, havia se consolidado em uma organização sólida e com uma forma própria de atuação. A filosofia destes serviços estava amparada sob o discurso do desenvolvimento e procurava lidar com distintos objetivos, que incluem o combate à pobreza, a insuficiência de tecnologia e de capitais, substituição das práticas agrícolas classificadas como arcaicas por novas práticas, além de atitudes culturais associadas ao atraso (MENDONÇA, 2010).

Ainda de acordo com Mendonça,

Argumentos de autoridade seriam operados, mormente aqueles relativos ao papel dos intelectuais – relidos como especialistas –, fazendo com que economistas, geógrafos, educadores, agrônomos, nutricionistas, etc. Elaborassem teorias e polpudos dossiês sobre as cidades, regiões e países por eles visitados. O discurso do desenvolvimento também seria operado por intermédio da criação de anomalias – o analfabeto, o subdesenvolvido, o lavrador arcaico, etc. (MENDONÇA, 2010, p. 9).

Para Puerta (1996), o objetivo específico da agência de extensão norte-americana visava manter três elementos basicamente fundamentais para a República Americana: (a) um aumento de produção de alimentos e fibras; (b) um sistema familiar envolvendo o lar como unidade social e econômica efetiva; e (c) um processo sistemático de desenvolvimento de liderança.

De acordo com Ardila (2010), essas políticas adotadas pelos serviços de Extensão Rural dos Estados Unidos foram o estímulo necessário para desenvolver países em desenvolvimento, um modelo único de Pesquisa – Extensão a nível nacional, através da cooperação desenvolvida pelo Governo americano e com o apoio de várias fundações (Ford, Kellogg, Rockefeller entre outros, e a Agência Desenvolvimento Internacional, AJUDA). As iniciativas contavam também com o financiamento bancário do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) principalmente e também Banco Mundial.

Na maioria dos países, a Extensão compartilhava com Pesquisa mesma estrutura institucional, e continua a fazer em alguns deles. De qualquer forma, durante esses anos foram tomadas as providências necessárias para desenvolver os chamados Sistemas Nacionais de Pesquisa e Extensão (ARDILA, 2010, p. 37).

Durante os anos setenta, o novo foco será a Ásia, a ação consistiria na aplicação de um modelo normativo de extensão e o principal protagonista foi o Banco Mundial. O especialista em extensão israelense, Daniel Benor, projetou na Turquia um novo sistema de extensão que pode superar deficiências organizacionais comuns aos serviços de extensão de muitos países no caminho do desenvolvimento (PUERTA, 1996).

O sistema conhecido como Treinamento e Visita (T&V), que, de acordo com Benor e Baxter (1984), é uma metodologia que se caracteriza por ser um programa sistemático de treinamento para a Aldeia, combina visitas frequentes aos agricultores no campo.

A metodologia treino e visita é um processo contínuo e sistêmico. O T&V funciona, basicamente, pela formação e pelo treinamento de técnicos multiplicadores da assistência técnica e extensão rural - ATER, que, em contato constante com a pesquisa, formam e treinam grupos organizados de técnicos multiplicadores de campo que repassam as tecnologias para grupos organizados de produtores rurais. Dessa maneira, ocorre o fortalecimento dos elos entre a pesquisa, a assistência técnica, a extensão rural e os produtores rurais, propiciando a retroalimentação periódica de informações e a avaliação dos resultados obtidos (DOMIT *et al.*, 2007, p. 22).

Dessa forma, no campo, os agricultores aprendem novas práticas agrícolas, como se implementam essas práticas e são motivados a adotar as práticas aprendidas em suas propriedades. Para Domit *et al.* (2007), ao mesmo tempo em que o sistema T&V se ocupa das orientações de práticas agrícolas aos produtores, o sistema alcança outras áreas do governo relativas às políticas agrícolas e à alocação de recursos e preconiza uma proximidade constante com o setor de pesquisa. Ademais, metodologicamente a T&V “se baseia na identificação dos atores dos subsistemas de difusão: pesquisa, assistência técnica e produtores, a organização dos elos para a comunicação, e a sistematização do fluxo de informações” (DOMIT *et al.*, 2007, p. 24).

Como a maioria das abordagens para o desenvolvimento agrícola e rural, o T&V Sistema de Extensão tem suas limitações. Essas limitações foram bem documentadas por diferentes estudiosos do desenvolvimento agrícola e rural ao longo dos anos. Foi na África que o conceito de T&V começou a sofrer críticas por parte dos agricultores, acadêmicos, funcionários responsáveis pelas políticas públicas de desenvolvimento rural em países em desenvolvimento e funcionários do próprio banco mundial que perceberam que essa metodologia não se adequa à realidade dos produtores locais.

Conforme cita Roberts (1989), uma das críticas levantadas sobre a T&V é que esse modelo de extensão não funciona sem um programa de pesquisa eficaz. Do modo que a T&V foi projetada ela se tornou uma metodologia para transferir tecnologia e não para criá-la. Essa foi uma das causas iniciais que levou ao fracasso do sistema. Segundo Roberts (1989), os projetos que tinham como orientação a metodologia de T&V foram instalados em lugares onde as instituições de pesquisa eram inadequadas e sem base tecnológica suficiente para suportar a lógica produtiva que o sistema impunha.

Outro ponto que levantou o debate sobre a ineficácia da metodologia de T&V é que esse sistema não foi capaz de aumentar a produção dos pequenos produtores que não tinham capacidade de adotar os pacotes tecnológicos por apresentarem altos custos para a sua aquisição. Esse fator levou muitos pequenos produtores a recorrerem ao crédito bancário, muitos deles sem capacidade de restituir o crédito adquirido.

Recorrendo novamente a ROBERTS (1989), uma segunda questão controversa é o custo de T&V. Ao adotar o T&V os governos correm um risco implícito de que o fardo de custo resultante pode não ser facilmente sustentável sem continuação da assistência externa.

2.1 Definindo referências universalizantes para a Extensão Rural: enfoques da Extensão Rural

As ações da extensão rural podem ser orientadas dentro de dois enfoques principais que passaremos a descrever. São eles: o difusionista e o participativo¹. Como já referido, na atividade em que os extensionistas atuam diariamente nem sempre é possível caracterizar qual é o enfoque que predomina, já que essas abordagens podem ser usadas conjuntamente para definir a forma de atuação no campo (HAVERROTH, 2012). Desse modo, não se pode pensá-las como abordagens únicas.

De acordo com Duarte (2012), a abordagem é um recurso metodológico que procura classificar e caracterizar a extensão rural, na tentativa de distinguir diferentes formas de pensar e fazer esse tipo de serviço como uma ação permanente. Para Axinn (1988), a abordagem é o estilo de ação dentro do sistema. Já Hagmann *et al.* (2000), citado por Mapiye *et al.*, (2021), explica que uma abordagem define quais princípios orientadores serão aplicados em uma situação específica para cumprir diferentes finalidades.

Na concepção de Landini (2016), conceitualmente é possível estabelecer uma tipologia de abordagens de extensão rural. Contudo, não devemos pensá-las em termos de um conjunto de etapas em que uma supera a outra. Assim, ao invés de superar modelos, em nível de campo, será mais frequente encontrar hibridizações entre eles do que abordagens puras.

Landini (2016) chama a atenção para a importância do debate permanente acerca das concepções da extensão rural. Segundo esse autor, embora se saiba que a extensão está emoldurada na “oferta” de conhecimento e na “demanda” de soluções, é objeto de debates e conflitos em torno de como fazer isso nas comunidades rurais (LANDINI, 2016, p. 5).

¹ Destaca-se aqui a existência de um terceiro enfoque – O Enfoque Sistêmico – que não foi apresentado no trabalho por questões de objetividade. Caso o leitor desejar estudar o tema, recomenda-se os trabalhos: PINHEIRO, S. O enfoque sistêmico e o desenvolvimento rural sustentável: Uma oportunidade de mudança da abordagem hard-systems para experiências com soft-systems. **Journal of Petrology**, v. 369, n. 1, p. 1689–1699, 2000. BIELSCHOWSKY, C. E. *et al.* **Sistemas agrários**. p. 71, 2013. Disponível em: http://issbrasil.usp.br/artigos/a1_123.pdf enfoque sistêmico citação1. Acesso em: 02 Jan 2020.

2.2 O enfoque difusionista

A apropriação do enfoque difusionista inovador por parte das agências de extensão rural teve seu auge depois da Segunda Guerra Mundial. Criado nos Estados Unidos, esse modelo foi o norteador das agências de extensão rural principalmente nos países da América do Sul e África. O difusionismo visa estabelecer a ligação entre os produtores rurais e os centros de pesquisa, cabendo à extensão rural o papel de intermediário no processo. Em princípio, ela busca o aumento da produtividade das lavouras.

Para Bordenave (1983), esse modelo de extensão rural tem como objetivo fundamental encurtar o tempo entre o lançamento de uma inovação pelos centros de pesquisa e sua adoção de forma generalizada pelos agricultores. Observa-se que o ideal é os produtores se tornarem aptos à adoção de novas práticas e produtos agrícolas, a partir do desenvolvimento de qualidades inerentes à inovação. Ratificando essa leitura, esse autor indica:

Acredita-se que o desenvolvimento acontece quando se introduz entre os agricultores novas ideias, de eficiência produtiva, de maneira que as inovações sejam difundidas e os agricultores efetivamente as adotem. Alguns agricultores mais aptos a adotarem rapidamente as inovações, serão imitados por outros de modo que seu exemplo filtrar-se-á para baixo gerando uma reação em cadeia até chegar aos agricultores refratários (BORDENAVE, 1983, p. 32).

Nessa perspectiva, o modelo de desenvolvimento alicerçado no difusionismo valoriza o saber científico e não considera os saberes populares dos agricultores. Desse modo, existe o entendimento de que a disponibilização dos conhecimentos técnicos aos produtores rurais resultará em melhorias nos seus níveis de conhecimento e conseqüentemente na sua forma de atuação no campo, proporcionando a estes uma elevação na qualidade de vida.

Sobre a desvalorização dos saberes do produtor rural, Dias (2012, p. 4) reforça que “o pequeno agricultor é colocado agora como mero produtor em um sistema perverso e transitório, buscando a sua aniquilação, dentro da expansão do sistema capitalista”. Ademais, o modelo difusionista inovador preocupa-se em reduzir o tempo de aceitação de uma nova tecnologia; para tal, recorre à realização de estudos aprofundados sobre a realidade da população em que será introduzida a nova tecnologia, com o intuito de

melhorar o poder de persuasão e anular as possibilidades de rejeição por parte dos agricultores.

Bordenave (1983) aponta que, para garantir a aceitação das inovações criadas pelos centros de pesquisa por parte dos produtores, o difusionismo investe muito em uma comunicação persuasiva e motivadora. Com isso, recorre-se a técnicas de marketing, como o uso de meios de comunicação em massa para divulgar as tecnologias criadas. Em relação a essa forma de atuação, Mussoi aponta que

Ao agirem mais ou menos persuasivamente, induzindo ou conscientizando os indivíduos e os grupos sociais, levando soluções prontas ou trabalhando a partir de um processo claro de problematização coletiva, analisando coletivamente alternativas pela própria comunidade, criando participativamente soluções e caminhos de superação dos problemas, implementando um processo efetivo de gestão social dos diversos projetos/planos de desenvolvimento sustentável aos quais a comunidade resolveu colocar em prática (inclusive no monitoramento e avaliação destes projetos). Podemos então discutir a postura pedagógica baseada na escola clássica e tecnicista que estimulava o uso intenso de técnicas de ensino-aprendizagem percebendo que a ação de inculcação, persuasão, indução sobre os indivíduos, entendidos como “objeto” do processo, visando sua mudança comportamental em favor da adoção de novos padrões tecnológicos têm uma natureza vertical e transferência de conhecimentos técnicos e de modelo geral de desenvolvimento (MUSSOI, 2006, p. 24).

Conforme exposto acima, julga-se possível apontar que os métodos de intervenção do modelo difusionista no meio rural apoiam-se na ideia de que é possível formular produtos que funcionem para vários grupos de produtores, os chamados pacotes tecnológicos. Ao atuar de tal maneira, esse modelo não leva em conta as especificidades que cada produtor e regiões apresentam.

Segundo Schneider (1997), nos anos 1960, período de grande expansão do difusionismo, vários sociólogos passaram a tecer críticas ao modelo produtivista, linear, difusionista. Tais críticas alicerçaram-se em três frentes: a falta de um objeto de análise e de conteúdo heurístico; a excessiva institucionalização da pesquisa em sociologia rural; as discussões em torno da especificidade do rural e as suas transformações sociais e econômicas sofridas principalmente depois da Segunda Guerra Mundial.

Para Fritz Filho e Miguel (2000), esse modelo de desenvolvimento rural prega a exploração intensiva dos fatores de produção, de culturas com interesse para exportação, que demandam grandes quantidades de insumos agrícolas e grandes extensões de terras para o seu cultivo. As políticas difusionistas conseguiram sem dúvidas aumentar a produção e a produtividade de certas culturas agrícolas.

No entanto, apesar de uma forte apelação de modernidade, é preciso enfatizar que tais políticas não impulsionaram um desenvolvimento amplo no meio rural e suas práticas foram danosas para o meio ambiente. Em regiões que adotaram esse modelo, verificou-se um agravamento na desigualdade de renda, dependência alimentar e tecnológica, o desemprego, o êxodo rural, a instabilidade social e política.

2.3 Metodologias difusionistas da Extensão Rural

Para identificar e analisar as principais abordagens orientadoras da ação extensionista presentes nos projetos de extensão rural no Centro e no Norte de Angola, considera-se primordial fazer uma revisão sobre os principais procedimentos metodológicos do extensionista no campo, no âmbito da abordagem de difusão de inovação.

Para Peixoto (2013), o extensionista, ao desenvolver um programa de desenvolvimento rural, deve utilizar a metodologia de acordo com os objetivos que se pretendem alcançar, levando em conta as condições locais e o público-alvo. A metodologia pode ser alterada quando necessário, para que as mensagens transmitidas alcancem as pessoas que precisam delas e apliquem em seus sistemas de produção e de vida no campo.

Olinger (1972) aponta que a escolha do método a ser aplicado depende de cada situação em particular, isto é, o melhor método para um caso determinado pode não ser útil para uma situação semelhante em um território com características culturais diferentes. Ademais, um bom método é sempre a combinação de vários métodos e que o seu resultado está ligado ao esforço que o agente emprega na sua aplicação.

A diferenciação dos tipos de métodos aqui adotada se refere a sua abrangência - quantidade de pessoas abrangida na sua aplicação - e que a relação com uma pessoa ou um grupo pode ser trabalhada de forma mais ou menos “dialógica”. Na abordagem de difusionista - na implementação de um projeto - o “diálogo” pode não ter sentido porque a mudança de comportamento que se pretende promover já está pré-definida, nesse sentido, o desafio é persuadir para que ela ocorra com máxima rapidez.

Na sequência, discutem-se alguns dos métodos mais utilizados pelos serviços de extensão rural no âmbito do difusionismo divididos em três grupos: métodos individuais, métodos grupais e métodos de massas.

2.3.1 Métodos Individuais

Conforme o nome indica, o método individual tem como objetivo atender os produtores de forma isolada, em suas unidades produtivas. Apesar de não alcançar um público grande na sua aplicação, o método se torna bastante útil, na medida em que permite ao extensionista ter uma aproximação maior com as pessoas da região em que ele atua.

No entendimento de Peixoto (2013), por se estabelecer uma relação de maior proximidade com a comunidade rural, os métodos individuais permitem ao agente extensionista conhecer as condições das populações rurais e ter uma leitura mais aprofundada da realidade. Contudo, o grande gargalo na aplicação desse método se configura a partir dos custos elevados. Entre os métodos individuais destacam-se: visita, contato e as entrevista que podem ser aplicadas de forma estruturada ou semiestruturada.

2.3.2 Métodos Grupais

São métodos que têm como objetivo envolver grupos de pessoas e proporcionam a troca de ideias entre os extensionistas e o público por meio de conversas que provem a interação entre ambos. A primeira vantagem é que nos permitem alcançar um número considerável de pessoas, facilitam a descoberta das lideranças comunitárias, o desenvolvimento das pessoas nos debates entre os extensionistas e a comunidade e apresentam custos de execução menores quando comparados aos outros.

Os agricultores reagem ao extensionista e às ideias expressadas por outros membros do grupo. Essas forças, quando estimuladas, bem planejadas e executadas podem conduzir a mudanças em práticas por grande número de beneficiários. Os métodos grupais possibilitam a troca de experiências e são os que proporcionam menores custos (MARCOS; PEREIRA, 2009).

Também facilitam a descoberta das lideranças comunitárias, a organização dos produtores e o desenvolvimento das pessoas, através de discussões, demonstrações e informações (MARCOS; PEREIRA, 2009). Entre os métodos grupais destacam-se: demonstração de resultados, excursão, dia de campo, propriedade demonstrativa, unidade demonstrativa.

2.3.3 Métodos de Massa

Esse método da extensão rural visa atender às pessoas, de forma massiva, ou seja, o objetivo é envolver um número elevado de pessoas. Nesse caso, o contato entre o extensionista e o público é quase nulo. Pode apresentar um custo baixo para as instituições, dependendo do tipo de método e dos objetivos definidos pela organização. Destacam-se como métodos de massa: campanha, exposição (EP), semana especial (SE).

2.4 O enfoque participativo

A atuação do extensionista pautada por processos participativos exige a necessidade de considerar e incorporar aos processos de planejamento os diferentes conhecimentos e estruturas de poder que influem nos processos de desenvolvimento. Contudo, entende-se como processo fundamental a mobilização coletiva, a adoção de uma nova tecnologia e a introdução de novas técnicas de produção, que devem estar em conformidade com os interesses dos agricultores. Estes devem participar no processo de construção das ações do extensionista no campo.

Mesmo a natureza local e a importância que dá aos sujeitos sociais conduzem a um modelo de decisão e ação que contempla o caráter histórico e os aspectos políticos do desenvolvimento rural. Dessa forma, a extensão rural rompe com o modelo baseado na Teoria da Difusão de Inovações e coloca em evidência a revisão dos objetivos e estratégias para a extensão rural pública.

O enfoque participativo surgiu no início da década de 1990. Chambers (1994) distingue cinco vertentes teóricas que contribuíram para o seu desenvolvimento: pesquisa ativista participativa; análise de agroecossistemas; antropologia aplicada; pesquisa de campo em sistemas agrícolas e a avaliação rural rápida. Para Chambers (1992), o enfoque participativo é um conjunto de abordagens e metodologias que permitem à população do meio rural compartilhar, melhorar os conhecimentos adquiridos ao longo da vida para melhor planejar e agir.

Segundo Oliveira (2015), o enfoque participativo na extensão rural é um conjunto de ações empregadas pelo extensionista nos trabalhos com os agricultores e que podem contribuir para o entendimento das necessidades básicas do indivíduo ou de uma comunidade. Essas ações devem sempre ser pautadas a partir dos interesses apresentados pela comunidade e devem levar em conta suas aspirações e potencialidades, buscar a valorização dos seus conhecimentos e sua cultura.

Não existe uma fonte única de produção de conhecimento, sendo este objeto de construção a partir da realidade em que ocorre a ação. Pesquisadores, extensionistas e agricultores são estimulados a participar em um esforço em conjunto para produzir novos conhecimentos, em que a interação e o diálogo sobre a realidade em questão são indispensáveis.

Conforme aponta Dias (2018),

Estes novos conhecimentos possibilitam a identificação das alternativas mais adequadas a cada situação, a cada contexto, fundamentando processos decisórios sobre a mudança ou inovação. A ênfase nos conhecimentos presentes nas diversas frentes de interação destaca o papel dos processos educativos e coloca os agricultores no centro do processo participativo (DIAS, 2018, p. 4).

Destaca-se, portanto, o papel protagonista que os agricultores assumem na sua relação com os extensionistas e os pesquisadores. Nessa perspectiva, a produção de conhecimento não se torna unilateral, pelo contrário, na abordagem participativa esse processo resulta da interação de diversos saberes, sempre primando pela busca de soluções que resolvam os problemas que afetam as populações em seu trabalho cotidiano.

2.5 Algumas ferramentas participativas

As ferramentas participativas são entendidas como um conjunto de procedimentos e ações apoiadas na participação ativa dos atores sociais. Nesse sentido, elas propiciam a construção coletiva de soluções e diagnósticos. Tais ferramentas permitem trabalhar com base na experiência das pessoas; para tal, recorre-se à visualização e à comunicação oral. Ademais, esse autor acrescenta que o caminho da aplicação das ferramentas participativas, dentro de uma comunidade, passa pelo diálogo e pelo reconhecimento de que todos os participantes devem ser considerados como fonte de informação e fundamentais no processo de tomada de decisão.

Uma das principais características das ferramentas participativas é a dinâmica do processo, que é desenvolvido dentro de um contexto específico da comunidade e permite um diálogo mais abrangente com os participantes, para que os pesquisadores possam apreciar seus conhecimentos, compartilhar suas experiências e analisar diferentes alternativas. Utilizando esse instrumento, o pesquisador tem o papel de facilitador, ou seja, ele guia o processo de aprendizagem para que as atividades e discussões sejam

desenvolvidas de uma forma objetiva, contribuindo para que todos os participantes se envolvam no processo de tomada de decisão.

A seguir, apresentamos ferramentas participativas que podem ser utilizadas na elaboração de projetos de intervenção no campo.

2.5.1 Mapas e maquetes

Os mapas ajudam no processo de planejamento, discussão e análise de informações que precisam ser visualizadas. Para a sua elaboração, podem ser usados papel ou outro tipo de material (pedra, paus, sementes) sobre o solo. Os mapas e maquetes permitem a mobilização e a participação da comunidade; seu uso é indicado na primeira fase da pesquisa ou em casos específicos para visualizar diferentes alternativas na solução de um problema (VERDEJO, 2003).

2.5.2 Calendário

Os calendários permitem analisar todos os aspectos relacionados ao tempo. Neles são destacadas as atividades que mais tempo ocupam e as épocas dos diferentes cultivos e seus respectivos trabalhos num período agrícola. Podem ser cobertos processos longos num calendário histórico ou a distribuição do tempo num dia habitual de trabalho (VERDEJO, 2003). Os calendários usados na abordagem participativa são: Calendário Agrícola, Calendário de Atividades, Calendário Sazonal: Calendário Histórico da comunidade.

2.5.3 Árvore de problemas

O diagrama da árvore do problema parte da identificação da ideia principal do problema, mostrando as relações de causa-efeito entre condições de problema em um contexto definido. Isto inclui todos os problemas já conhecidos pelos participantes e a estrutura de tal maneira que os problemas mais complexos são divididos em problemas mais simples (AMMANI; AUTA; ALIYU, 2011). “As raízes da árvore simbolizam as causas do problema; o próprio problema se encontra no tronco; e os galhos e as folhas representam os efeitos” (VERDEJO, 2003, p. 35).

2.5.4 Diagrama de Tortas ou Diagrama de Venn

Examina o micro e o macro ambientes da comunidade, identificando e caracterizando as relações com as instituições e grupos existentes. Para a sua realização, os participantes desenham a sua comunidade no centro de um papel. Cabe aos participantes a escolha do formato do desenho (por ex.: um círculo, etc.). De acordo com Kummer (2007), algumas perguntas orientadoras podem ajudar a guiar o processo de aplicação da metodologia: Perguntar ao grupo quais as instituições e grupos que existem na comunidade e fora da comunidade? Quais os contatos ou organizações que vocês sentem mais perto? Vocês acham que esta organização é importante para a vida de sua comunidade? Como se dá esta relação? Como é o clima quando tem contato com eles? Já houve conflitos?

2.5.5 Matriz de problemas

Através do método de coleta e estruturação de ideias, cada participante faz uma reflexão sobre os problemas mais comuns em relação à comunidade e que precisa ser socializado, compreendido, sistematizado e priorizado para que sejam resolvidos em grupo (KUMMER, 2007).

De acordo com JOFCA (2002), existem dois métodos aplicados para esta ferramenta; o método do cartão e o método do feijão. O método do cartão, de uma forma simplificada, é pedir a cada participante para votar de forma individual. O Extensionista pode distribuir a cada participante um cartão no qual ele/ela classifica três ou quatro problemas. Os votos são, então, contados e os problemas são classificados.

Entende-se que, às vezes, o uso de um mecanismo de votação requer leitura e escrita, contudo esse método não funciona bem nas comunidades com índice elevado de analfabetismo, como é o caso de muitas comunidades no meio rural. No entanto, a votação pode ser feita usando imagens, símbolos ou cores para identificar as opiniões e usando métodos não alfabetizados para a votação ou classificação.

O método do feijão pode ser usado na classificação de problemas com comunidades analfabetas e tem a vantagem de revelar diferenças de opinião de gênero. Neste método, cada problema identificado no exercício anterior é representado graficamente em folhas de papel colocadas no chão.

2.6 Das referências universalizantes às referências contextualizadas: Escolas de Campo para agricultores - Histórico, aplicações, potencialidades e limites em diferentes contextos

As limitações apresentadas pelas abordagens tradicionais e a opção por modelos de desenvolvimento local endógeno - com participação restrita do estado - tornaram o uso de métodos participativos cada vez mais populares na pesquisa e no desenvolvimento agrícola, bem como na gestão dos recursos naturais. Uma série de abordagens está sendo usada em nível básico para envolver os cidadãos e grupos locais nos projetos. Os agricultores são vistos como parceiros no processo de pesquisa, extensão e inovação.

Esforços recentes estão evoluindo para vincular abordagens participativas a processos mais amplos de planejamento e formulação de políticas públicas para o meio rural.

Esses esforços incluem diversas ferramentas e métodos que têm uma variedade de nomes e acrônimos (*por exemplo*, RRA, PRA, FPR, D&D, FF.). Eles normalmente estão focados em projetos específicos, como reflorestamento, seleção de sementes, métodos agrícolas sustentáveis, saúde e nutrição, ou tecnologia apropriada. Tal approaches geraram resultados frutíferos (RAMJATTAN; CHOWDHURY; GANPAT, 2020, p. 2).

Conforme Van den Berg e Jiggins (2007), as Escolas de Campo para Agricultores evoluíram em resposta às limitações impostas pelas abordagens tradicionais, principalmente no contexto das alternativas apresentadas pela abordagem de difusão e inovação no que se refere à atuação do extensionista no campo e a sua relação com os agricultores.

No enfoque difusionista, grande parte dos produtores não viam as suas demandas atendidas e encontravam-se em uma posição passiva e tinham pouca participação sobre as intervenções. Indo na contramão dessa racionalidade, as Escolas de Campo apresentam uma abordagem diferente e contam com a participação dos agricultores em todas as fases.

Elas foram desenvolvidas no continente asiático em uma região onde havia muitos produtores de arroz. Na época, o surgimento de várias pragas nas lavouras ameaçava a segurança alimentar de muitos países da região. As lavouras de arroz apresentavam perdas significativas no volume de produção e como medida de controle os produtores faziam uso indiscriminado de inseticida (FAO, 2014).

Assim, as primeiras Escolas para Agricultores surgiram em 1989, na Indonésia, com a proposta de reduzir a dependência por parte dos produtores de arroz do uso de inseticidas (WADDINGTON *et al.*, 2012). Depois de ter uma implementação bem-sucedida na sua fase inicial, outros países da região decidiram adotar essa metodologia de abordagem e posteriormente se expandiu para outros continentes com principal destaque para o continente africano, que hoje concentra grande parte dos projetos que usam como principal abordagem a escola de campo para agricultores.

Conceitualmente, apresenta-se como uma abordagem de educação para adultos tendo como a sala de aula o campo, a ênfase é dada no processo de aprender fazendo, ou seja, os agricultores desenvolvem habilidades e adquirem conhecimento a partir da experimentação, observação e reflexão (FAO, 2014).

De acordo com Ramjattan, Chowdhury e Ganpat (2020), trata-se de uma metodologia de apoio baseado na experiência, em que os agricultores se reúnem regularmente em grupo de aprendizagem de ação coordenada por um agente de extensão rural para estudar “como” e “por que” um tópico específico, como safra ou pecuária, e tomar decisões baseadas nas informações adquiridas.

As atividades das Escolas de Campo são normalmente realizadas sob uma árvore perto do campo. Em sessões regulares, do plantio à colheita, sempre sob a observação dos agricultores. Desse modo, priorizando a participação dos agricultores em todas as etapas do processo produtivo, essa abordagem visa dar o espaço necessário para especulação e discussão em grupo levando a decisões coletivas acerca das intervenções agrícolas. Entende-se que o maior envolvimento dos agricultores nas atividades lhes permite tomar decisões muito mais precisas e adequadas à cada realidade. Observa-se que a simples experimentação ajuda os agricultores a melhorar a compreensão das relações funcionais (VAN DEN BERG; JIGGINS, 2007).

Para o funcionamento, são realizadas reuniões semanais ou bissemanais durante a estação agrícola. Nesses eventos são discutidas questões relativas à agronomia e à gestão, nas quais os agricultores efetuam análise agrícola e de ecossistemas, identificam problemas, efetuam e interpretam experiências no terreno, utilizando as suas práticas agrícolas para comparação com práticas agrícolas melhoradas (VAN DEN BERG; JIGGINS, 2007).

Entende-se que este processo de autoexperimentação reduz de forma significativa os riscos envolvidos no processo produtivo e habilita os agricultores que não tiveram

acesso à educação formal. De igual modo, as Escolas de Campo dão grande ênfase no desenvolvimento das capacidades individuais e do grupo.

A base da metodologia das Escolas de Campo é a análise do ecossistema agrário (AESA), uma ferramenta que ajuda os agricultores a examinarem sua fazenda sob os aspectos ecológicos e econômicos, bem como questões sociopolíticas mais amplas (RAMJATTAN; CHOWDHURY; GANPAT, 2020). Ademais, para efetuar a análise, são realizadas durante o ciclo de produção algumas visitas nas propriedades, para observar e fazer medições, registrar observações e, em seguida, comparar e analisar as informações antes de decidir o que fazer.

O objetivo da AESA (a análise do ecossistema agrário) é que os agricultores aprendam a efetuar com regularidade observações no terreno, analisar problemas e oportunidades encontradas na propriedade e melhorar as suas competências quanto à tomada de decisões relativas à gestão das terras. O processo é holístico e os agricultores trabalham em subgrupos, compostos por quatro ou cinco pessoas, sob a orientação de um facilitador treinado para melhorar o processo participativo de aprendizagem (FAO, 2014).

2.7 As Escolas do Campo para agricultores na África

Os graves problemas de insegurança alimentar enfrentados por muitos países do continente têm chamado atenção da comunidade internacional sobre as dificuldades da produção alimentar e a sua fraca capacidade de desenvolver este setor, que é dos mais importantes, tendo em vista que grande parte da população vive em zonas rurais.

Com o propósito de construir soluções sustentáveis no longo prazo, o tema sobre agricultura tem sido discutido por muitos pesquisadores e formuladores de políticas públicas ao redor do mundo. Trata-se da tentativa de achar caminhos que consolidem o setor agrícola como um dos mais promissores e retirem de uma vez o continente do mapa global da fome (FERREIRA DE ALMEIDA, 2015).

Para Purcell e Anderson (1997), a extensão agrícola há muito é vista como um elemento-chave para o desenvolvimento da agricultura na África, por ter a capacidade de habilitar os produtores locais na obtenção de informações e tecnologias que possam melhorar a forma de produzir e consumir alimentos locais. Contudo, julga-se possível

lembrar que a extensão rural já foi e é muito criticada por não entregar resultados satisfatórios em muitas das suas intervenções.

Por outro lado, verifica-se, ao mesmo tempo, uma redução no orçamento para o setor agrícola em muitos países subdesenvolvidos, tornando, desse modo, o setor público incapaz de fornecer serviços de extensão que alcance todos os agricultores, principalmente aqueles mais marginalizados (ANANDAJAYASEKERAM *et al.*, 2007).

Ao longo dos anos foi registrada a implementação de vários modelos de extensão rural na África, modelos que compreendem desde a extensão pública iniciada pelos governos coloniais até os programas de Treinamento e Visita (T&V) e os programas não governamentais, com destaque para as intervenções das ONG, etc.

Segundo Van den Berg e Jiggins (2007), no contexto africano, que apresenta uma grande complexidade nos sistemas de agricultura, o processo da implementação desses programas não conseguiu beneficiar grande parte dos agricultores locais, por outro lado, observou-se uma perda por parte dos agricultores que tiveram a capacidade de aderir a esses programas de intervenção das habilidades agrícolas indígenas e na integridade da organização social na qual a capacidade de inovação indígena está inserida.

Para colmatar as limitações apresentadas, surgiram novas abordagens com a proposta de ter uma maior adequação às realidades agrícolas locais, principalmente em países subdesenvolvidos como os da África que apresentam uma estrutura de pesquisa e investigação agrícola precária. Dessa forma, para Anandajayasekeram *et al.* (2007), é necessário substituir o tradicional sistema de extensão por modelos que privilegiam a participação dos agricultores, pois os sistemas de conhecimento pluralistas parecem mais sensíveis ao gênero e aos agricultores de baixa renda.

Ademais, Anandajayasekeram *et al.* (2007) enfatizam que a utilização do conjunto de ferramentas de base participativa identifica não somente aspectos contidos em informações técnicas, mas compreende um conjunto de elementos ambientais, sociais e culturais dos agroecossistemas familiares assim como do território rural. Estas ferramentas baseiam-se em uma ação dialógica que vê os agricultores em uma relação sujeito-sujeito, assim compartilhando e valorizando o conhecimento empírico vendo o técnico/extensionista como um facilitador da ação

Nessa perspectiva, recentemente, o interesse das populações rurais angolanas e do governo local vem se concentrando em torno das potencialidades oferecidas pelas Escolas de Campo para Agricultores. Essa abordagem de intervenção no campo tem se mostrado

como a mais promissora dentre as novas abordagens desenvolvidas pelos serviços de extensão rural, sobretudo pela sua capacidade de adaptar-se em diferentes contextos e apresentar uma certa flexibilidade na sua implementação.

Os achados apontam que as Escolas de Campo para Agricultores foram introduzidas pela primeira vez, em África, no ano de 1995, no Quênia (África Oriental) e no Gana (África Ocidental) por meio do programa Especial para Segurança Alimentar (SPFS). No Gana, por exemplo, a implementação das escolas de campo permitiu treinar na época quase 6.000 agricultores e 400 extensionistas através das Escolas de Campo, em práticas de produção integrada e manejo de pragas, cobrindo mais de uma dúzia de espécies de culturas diferentes (SIMPSON; OWENS, 2002).

Conforme Simpson e Owens (2002), seguindo as iniciativas do Gana e Quênia, o Mali implementou o modelo de Escolas de Campo, em 1997, por meio do Programa Nacional de Manejo Integrado de Pragas (IPM). A iniciativa contou com o apoio do governo holandês. Ao mesmo tempo em que os programas implementados no Gana, Quênia e Mali estavam tomando forma, iniciativas semelhantes foram lançadas em vários países da África. Grande parte das iniciativas contou com ajuda da FAO que trabalha com programas desse nível em vários países africanos, incluindo Angola (SIMPSON; OWENS, 2002).

As primeiras iniciativas de Escolas de Campo tinham como objetivo a implementação de programas de Manejo Integrado de Pragas (IPM) principalmente na cultura de arroz. Durante a expansão, surgiu a necessidade de alargar o âmbito da atuação, de modo a contemplar outros tipos de culturas agrícolas e incorporar aspectos socioecológicos como a pecuária e silvicultura comunitária, a conservação de água, a gestão da fertilidade do solo, a irrigação, a segurança alimentar e nutricional (FAO, 2014).

A aplicação das Escolas de Campo pode se dar em diferentes contextos e pode ter diferentes objetivos como os de abordar ameaças subjacentes que afetam a produtividade dos meios de subsistência tais como, por exemplo, a AIDS, conflitos, desigualdade entre gêneros e violência com base no gênero (FAO, 2014). As ECAS apresentam uma diversidade de orientações que são aplicadas para perseguir objetivos distintos. Aqui, a título de exemplo, abordaremos a experiência das Escolas de Campo e Vida para Jovens Agricultores (JFFLS) aplicadas em países como Moçambique, que têm atribuições dentro de uma comunidade que vão além do agrícola.

De acordo com Djeddah *et al.* (2005), o projeto JFFLS surgiu para dar resposta às necessidades enfrentadas por órfãos e crianças em situação de vulnerabilidade. Procura-se, por meio da capacitação de órfãos e crianças em situação de vulnerabilidade, melhorar os seus meios de subsistência e a segurança alimentar: conhecimento agrícola, habilidades para a vida e a elevação da autoestima dos participantes constituem-se nos principais pilares do projeto.

As JFFLS são projetadas especificamente para capacitar órfãos e outras pessoas vulneráveis que tenham idades compreendidas entre 12 e 18 anos e que residem em comunidades altamente impactadas pelo HIV/AIDS (DJEDDAH *et al.*, 2005).

O continente africano concentrava até 2003 mais de 75% por cento da epidemia de HIV/AIDS em termos globais, principalmente, na África subsaariana. A emergência da epidemia na região, afetada por inúmeros problemas sociais e de saúde, determinou, rapidamente, consequências graves para a África Austral. As estimativas referentes a 2003, publicadas pelo Population Reference Bureau (2003) indicavam que 5,3 milhões de pessoas infectadas pelo HIV viviam na África do Sul (SOUSA, 2007, p. 20).

Os efeitos adversos do HIV/AIDS na agricultura e no desenvolvimento rural se manifestam principalmente como perda de oferta de trabalho, de renda dentro e fora da fazenda e de ativos. Tais fatos podem contribuir para a redução da produtividade, do rendimento e da produção agrícola.

Por exemplo, no Zimbábue, de acordo com uma pesquisa conduzida pela União de Agricultores do Zimbábue em 1997, a produção agrícola nas áreas comunais diminuiu quase 50% entre as famílias afetadas pela AIDS em relação às famílias não afetadas pela AIDS. Produção de milho por pequenos agricultores e fazendas comerciais diminuiu 61% por causa de doenças e morte por AIDS. A produção comercializada de algodão, vegetais, amendoim e girassol foi reduzida quase pela metade e a pecuária diminuiu quase um terço. (SOUSA, 2007, p. 24).

Dados indicam que crianças rurais órfãs, cujos pais foram vítimas mortais da AIDS, são mais prováveis, em comparação com outros órfãos, de correrem o risco de desnutrição, doenças, abuso e exploração sexual (AJANI; ONWUBUYA, 2010). Por não terem o amparo familiar, as crianças órfãs crescem muitas vezes sem conseguir ter acesso ao sistema público de ensino, o que prejudica o seu crescimento futuro. Do ponto de vista da agricultura familiar, a segurança alimentar é afetada: tanto a quantidade como a qualidade dos alimentos diminuem e os órfãos muitas vezes podem passar fome.

Para mais, Ajani e Onwubuya (2010) acrescentam que é primordial incentivar o aprimoramento das habilidades agrícolas e de subsistência, através do investimento em

educação no campo, para que as crianças órfãs se tornem adultos capazes de promover a mudança em níveis pessoal e coletivo.

O processo de aprendizagem da abordagem JFFLS é baseado na experiência absorvida pelos participantes. Essa metodologia de ensino permite que os participantes tomem suas decisões a partir de informações consistentes e que se relacionam com a realidade em que estão inseridos. Segundo Djeddah *et al.* (2005), enquanto as crianças analisam o crescimento da colheita, problemas relacionados como parte da análise do agroecossistema, eles analisam os problemas enfrentados durante sua infância.

A abordagem, inspirada nas metodologias de Escolas de Campo, foi implementada pela primeira vez em Moçambique no ano de 2003. Os primeiros projetos-pilotos - chamados de centros abertos - foram implementados na província de Manica e estavam ligados a organizações religiosas do meio rural. Também contou com a colaboração da FAO e de instituições do governo moçambicano (DJEDDAH *et al.*, 2005).

Segundo Djeddah *et al.* (2005), as razões que levaram à escolha da Província de Manica consideraram que esse território foi o mais afetado pela intensa guerra civil moçambicana que durou cerca de 16 anos. Além do mais, lá aconteceram dois rituais de morte tradicionais que ajudam na propagação da AIDS: sexo ritual e herança de viúvas.

A combinação desses fatores levou ao agravamento das taxas de transmissão do HIV/AIDS na Província.

Da totalidade de pessoas vivendo com HIV/SIDA em Moçambique, cerca de 1,4 milhões, 52,2% concentrava-se na Região Centro. Tomando a prevalência do HIV no controle pré-natal para 2002, nos 36 postos sentinelas (postos onde se faz o rasteio do HIV em mulheres grávidas) do país, verificaram-se os seguintes valores: na região centro, a província de Sofala apresenta a prevalência mais elevada (26,5%), seguida de Manica com (19,0%) e Zambézia com 12,5%, enquanto que o norte, a província do Niassa apresentava-se com 11,1%, seguida de Nampula com 8,3% e Cabo Delgado com 7,4% (RAIMUNDO, 2011, p. 2).

Tendo em vista o contexto de vulnerabilidade de órfãos e crianças em ambientes de alta prevalência de HIV/AIDS, a JFFLS combina a transmissão de conhecimento agrícola, por meio de atividades práticas de serviço de extensão, em um programa que inclui habilidades holísticas de priorização da vida e fornece aos participantes uma refeição nutritiva no treinamento (MÜLLER, 2010).

O Programa JFFLS se expandiu rapidamente na Província, com base nas escolas primárias, por meio de um esquema de alimentação escolar do Programa Mundial de

Alimentos (PMA) que já estava em vigor. Na época, cerca de 100 crianças órfãs e em situação de vulnerabilidade foram beneficiadas pela iniciativa.

Para massificar esse tipo de ação, foram criadas Escolas de Campo infantis que ficavam no máximo a três quilômetros de distância das casas e das escolas das crianças. Durante o ciclo de aprendizagem nas escolas, as crianças são acompanhadas por uma equipe de facilitadores que inclui professores, agricultores, extensionistas e um animador social especialista em drama, dança e outras atividades criativas.

O conteúdo programático das Escolas de Campo inclui aulas sobre a preparação do campo, sementeira e transplante, capina, irrigação, controle de pragas, utilização e conservação dos recursos disponíveis, utilização e processamento de safras de alimentos, colheita, técnicas de armazenamento e marketing empreendedor. O currículo tem um viés agrícola prático (DJEDDAH *et al.*, 2005) e o currículo agrícola segue o ciclo sazonal de acordo com a zona agroecológica².

Além do foco no desenvolvimento das habilidades agrícolas, o currículo também dá ênfase à melhoria das habilidades para a vida. Os ensinamentos são centrados na elevação da autoconsciência, assertividade, prevenção do HIV/AIDS, bem como questões sobre sensibilidade de gênero.

De modo geral, cita Müller (2010), o JFFLS visa fortalecer os recursos humanos para os meios de subsistência baseados na agricultura, eliminando as causas fundamentais da vulnerabilidade ao HIV/AIDS dentro da comunidade, a melhoria da nutrição alimentar e o aumento da autoestima, tendo aspirações positivas para o futuro.

Assim, com o sucesso do projeto-piloto houve o interesse da FAO e do governo moçambicano de expandir para outras regiões do país. Desse modo, em 2004 o exercício piloto de quatro JFFLS, que inicialmente estava acomodado em quatro centros abertos, foi expandido para mais 24 escolas, vinculadas ao sistema de ensino formal, cobrindo assim nove distritos na Província de Manica, bem como quatro distritos na província vizinha de Sofala (DJEDDAH *et al.*, 2005).

2.8 Epílogo

² A Zona Agroecológica ou Zoneamento Agroecológico é um instrumento que demonstra as potencialidades e vulnerabilidades ambientais de determinada região. Nesse instrumento, são apresentadas as características do clima, do solo, da vegetação, etc.

Dessa forma, constata-se que várias entidades organizadas por governos nacionais e internacionais estiveram envolvidas em inúmeras iniciativas de desenvolvimento do meio rural no continente africano. Tais iniciativas contam com o investimento de recursos financeiros em projetos de extensão rural que prometiam alterar para melhor as formas de produção e de igual modo propiciar a melhoria de vida das comunidades rurais. Contudo, apesar dos esforços empregados, os impactos esperados desses investimentos são quase que imperceptíveis em quase todo o continente. O sistema agrícola dos países parece ter parado no tempo e o continente continua a sofrer com elevadas taxas de pobreza, principalmente no meio rural.

Ao analisar os investimentos feitos em projetos de extensão rural, verifica-se que uma das razões que levaram ao seu fracasso parece se concentrar na lógica do aumento da produção e da produtividade, com insumos externos. Observa-se que o aumento da produção só se materializou em algumas culturas de exportação, beneficiando, desse modo, apenas os grandes agricultores que representam uma parcela muito restrita dos agricultores africanos. Para grande parcela dos agricultores de subsistência, a melhoria na produção e na qualidade de vida não se concretizaram e as famílias ainda sofrem com os efeitos negativos das intervenções.

Esse cenário tem suas raízes na maneira como esses investimentos foram conduzidos, ignorando os agricultores mais necessitados, oferecendo tecnologias/soluções que estão fora do seu alcance ou são inapropriados para o seu sistema de subsistência. O agricultor foi colocado como um agente passivo do desenvolvimento rural e não se levava em conta os saberes populares dos agricultores que foi construído por décadas por meio da experiência prática.

Existia o pensamento que os agricultores eram ignorantes, de modo que a intensificação do ensino de extensão foi então apontada como a solução apropriada. Asiabaka (1994) desbanca essa tese e aponta que os fazendeiros não são ignorantes. Eles têm sólida experiência de atividades agrícolas e sabem do que precisam, ou seja, que a solução ideal vai além da intensificação de serviços de extensão.

Por outro lado, essas iniciativas que apresentavam, em muitos casos, soluções padronizadas para situações e contextos diversificados, não foram capazes de dar conta das especificidades do meio rural africano, visto que sempre impuseram diversos obstáculos para os agricultores de base familiar e também para os formuladores de

políticas públicas. Conforme o ditado popular, “na África há sempre algo novo”, o que significa que seu ambiente muda tão rapidamente que as pessoas devem lutar para acompanhá-lo.

Nesse contexto, torna-se crucial a busca por soluções metodológicas que se adaptem aos diferentes cenários que o meio rural africano apresenta e que compreenda, de igual modo, a realidade das famílias camponesas. Os estudos das relações sociais em nível local, bem como o envolvimento das famílias camponesas no planejamento de iniciativas de mudanças no meio rural são determinantes para desenvolver a agricultura que continua a ser um dos pilares do desenvolvimento econômico, social e rural do continente.

Considerando esse complexo contexto e acompanhando as mudanças globais, desde 1980 a 1990 tem crescido a busca por metodologias de extensão rural mais participativas que envolvam os diferentes atores do processo de desenvolvimento rural nas iniciativas de intervenção no campo. Todavia, tornou-se imperativo que os agricultores estejam envolvidos em todas as fases da tomada de decisão.

Para tal, é imprescindível “muni-los com conhecimentos e habilidades capazes de torná-los especialistas em seus próprios campos”. O aprimoramento das suas capacidades de tomar decisões pode levar os produtores a buscarem novas formas de resolver os problemas do dia a dia e fortalecerem os laços entre a comunidade.

De modo a responder aos desafios impostos pelo contexto do meio rural em África, a opção pela implantação da abordagem de Escolas de Campo tem se mostrado como metodologia de extensão rural mais ajustada para fazer face aos anseios das comunidades rurais em diversos países do continente, incluído Angola, Gana e Moçambique.

Dessa forma, constata-se que a filosofia metodológica das Escolas do Campo para Agricultores está assentada numa lógica participativa em que o aprendizado prático e a elevação do agricultor em “agente” fundamental no processo de tomada de decisão nas intervenções feitas no campo constituem-se nos pontos centrais dessa abordagem metodológica. Essa lógica de atuação participativa torna o método diferenciado dos principais métodos de extensão rural. A sua maleabilidade e capacidade de adaptar-se em diferentes contextos tornaram-na referência em muitos países africanos, no que tange às atividades de extensão rural.

O método, na sua concepção, não está voltado apenas para as questões relacionadas com a produção e a produtividade das lavouras, levando em conta na sua aplicação as questões do meio social. Deve-se sempre considerar que o homem, a produção e o meio ambiente integram um sistema que, para ser sustentável, deve ser cuidado e olhado holisticamente (DOMIT *et al.*, 2007, p. 26). Nesses termos, a utilização do método tem se mostrado o mais eficaz para dar respostas às limitações que o meio rural africano apresenta. Além do foco no desenvolvimento das habilidades agrícolas, as Escolas de Campo também enfatizam a melhoria das habilidades para a vida.

3. CAMINHOS E CAMINHADAS - A EXTENSÃO RURAL PÚBLICA EM ANGOLA

O serviço de extensão rural é também conhecido em Angola como ‘vulgarização’ ou ‘animação rural’; foi estabelecido no país entre as décadas de 1950 e 1960 com a intervenção das missões religiosas no meio rural e logo depois por órgãos de fomento que procuravam aprimorar as técnicas de cultivo.

De modo geral, as principais culturas que receberam o apoio desses organismos foram aquelas de grande interesse comercial para a exportação, a exemplo dos cereais. Essa lógica, fomentada pela Junta de Exportação dos Cereais e nas outras regiões pelos Serviços de Agricultura e Florestas, financiou a vulgarização de dados sobre a cultura do algodão, pelas companhias concessionárias, e posteriormente pelo Instituto do Algodão de Angola. Na mesma medida, fomentou a cultura do café nas regiões do Norte, pelo Instituto do Café de Angola.

Segundo Ndambuca (2020), nos seus anos iniciais, as atividades de extensão rural em Angola foram marcadas pela forte intervenção do governo no espaço rural. Tal intervenção fez com que a política agrícola traçada pelo país fosse difundida pelos métodos ‘mais modernos’ de produção.

Nessa perspectiva, as ações de extensão rural, de forma institucionalizada - e que se constituem foco do estudo, foram implementadas em Angola em 1960 com o surgimento da Extensão Rural de Angola (ERA), que introduz uma nova filosofia de intervenção, alicerçada no ensino informal dos camponeses, no fornecimento de fatores de produção, no incentivo ao crédito agrícola e na implementação de práticas de apoio social para as atividades domésticas das famílias.

Os primeiros serviços de extensão rural implementados pela ERA partiram de uma adaptação da então existente no estado de Santa Catarina (Brasil), desenvolvida pela Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (ACARESC), que apresentava uma filosofia de trabalho inspirada no Extension Service norte-americano.

A ERA teve início em áreas do município do Andulo e estendeu a sua ação aos municípios de Catabola, Bailundo e Mungo, tendo paralisado a sua intervenção em 1975, devido à agitação política e à eclosão do conflito armado que antecedeu a Proclamação da Independência Nacional.

Após a Independência Nacional, foi implementado pelo IDA, em parceria com a FAO, um projeto-piloto de Extensão Rural na Província da Huíla. O projeto teve como objetivo primário atender mais de 54 mil famílias, distribuídas em cinco municípios dessa Província. Por falta de um planejamento estratégico adequado, o projeto teve o seu fim ainda na sua fase piloto. O projeto não conseguiu alcançar as metas pré-estabelecidas. Os resultados alcançados foram poucos, resumindo-se no acompanhamento e animação das atividades rurais, na instalação de ensaios agronômicos e no teste de uma nova tecnologia de cultivo.

O Ministério da Agricultura, por intermédio do IDA, desenvolveu no ano de 2007, o projeto MOSAP I (Projeto de Desenvolvimento de Agricultura Familiar e Comercialização), que está agora na sua segunda fase denominada MOSAP II iniciada em 2016. Com uma metodologia de intervenção baseada nas Escolas de Campo, a iniciativa está sendo desenvolvida em três províncias do país. Nas seções seguintes, essa experiência é abordada de uma forma mais abrangente, pois atualmente é a maior iniciativa de extensão rural conduzida pelo governo angolano. O nosso foco será compreender os caminhos que levaram à adoção das Escolas de Campo no projeto MOSAP II, qual o papel dessas escolas, como elas são implementadas, suas potencialidades e limitações.

3.1 A Extensão Rural em Angola sob a racionalidade colonialista

Como estabelecido nos seus objetivos, esta pesquisa não aborda a extensão rural em geral. O estudo detém-se no âmbito da extensão rural pública, ou seja, dos serviços de assistência técnica e extensão rural oferecidos, organizados e financiados pelo Estado. Desse modo, apresenta-se um breve histórico da extensão rural pública, analisando-se o contexto histórico que deu origem às primeiras iniciativas públicas, bem como o estudo do projeto implementado. A discussão das seções se dá em torno do Projeto-Piloto de Extensão Rural do Andulo, que é, segundo os achados da pesquisa, o primeiro projeto de extensão rural implementado em Angola de forma institucionalizada³.

³ Caso o leitor queira se aprofundar na matéria, recomenda-se a leitura dos seguintes estudos: ADRA. Análise comparativa dos vários modelos de intervenção rural em Angola. Antena Luanda / Bengo, primeiro módulo, 2003.

Desafios da Participação Social em um País de Conflito Agudo: Estudo a partir da ONG Angolana Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA).

3.1.1 O contexto dos anos 1960 a 1975

O século XX foi marcado pela forte hostilidade ao regime colonial. As mudanças no cenário internacional com o aflorar da Guerra Fria, disputada pelas duas superpotências, Estados Unidos da América e a então União Soviética, foram importantes para a independência dos países africanos.

Destaca que, na disputa de zonas de influência, as grandes potências emergentes da segunda guerra mundial, apoiaram a formação de resistências contra a presença europeia nas colônias. Mesmo nas regiões aonde o nacionalismo pretendeu prescrever o seu processo de luta, o apoio da superpotência esteve presente quer no apoio ideológico e doutrinário quer no apoio material.

O surgimento de vários ‘movimentos subversivos’⁴ nos países do continente africano, que contavam com o apoio das potências emergentes da Guerra Fria, consolidaram aquele que seria o início do libertar da África das amarras do colonialismo. As elites urbanas, com certa instrução política e grande conhecimento da sua cultura, influenciadas pela doutrina marxista que dominava o espírito de revolução nos países africanos, lideraram os movimentos que buscavam a independência dos países-colônias.

A zona islâmica da África foi o primeiro território do continente a dar início à luta anticolonial, o que culminou com a proclamação de independência em países como Egito, Marrocos, Sudão, Tunísia e Argélia.

Outro ponto a ser considerado como contexto da época recai sobre as mudanças que se observaram com o fim da Segunda Guerra Mundial. Terminadas as hostilidades, foi fundada a Organização das Nações Unidas (ONU) com base no documento conhecido como Carta das Nações Unidas, que explicita os objetivos norteadores do Fórum dos Estados e, ao mesmo tempo, o harmonizador das contenções que entre si se possam desenvolver (FRAGA, 2007).

Desde o final da década de 1950, a ONU centrou a sua atenção nos problemas dos países do Terceiro Mundo, em particular nos da descolonização. Segundo Fraga (2007),

⁴ A compreensão do processo de independência das colônias africanas deve considerar o desenvolvimento das ideias contidas no pan-africanismo, além de ter em conta também a questão do racismo. Os contatos frequentes entre africanos e negros americanos levariam à expansão do pan-africanismo, com sua transformação em movimento político organizado. Assim, no período compreendido entre 1880 e 1940, houve um intenso intercâmbio cultural, com grande número de alunos das colônias britânicas na África que foram estudar em escolas americanas.

com aprovação da Assembleia Geral das Nações Unidas da Declaração Anticolonialista, estabeleceram-se as definições de território não autônomo. Trata-se de hipóteses e condições de passagem de um território não autônomo a uma situação de governo próprio e esclarecimento da obrigação de prestação da informação sobre os territórios não autônomos pelas potências administrativas.

Além disso, no ano de 1960, com a conquista da independência, vários países africanos se tornaram membros da organização, o que aumentou as hostilidades contra os regimes coloniais. Desse modo, o aumento no número de países afro-asiáticos e comunistas dentro da ONU (que se tornaram maioria) deu aos países de Terceiro Mundo maior expressividade política. Nessas circunstâncias, esse organismo funcionou como porta-voz das condições impostas por estes países, tornando-se o principal instrumento de pressão aos países colônias (FRAGA, 2007).

Também cabe destacar que esse contexto remete ao início da luta de libertação nacional, desencadeada por vários ‘movimentos subversivos’ espalhados pelos países lusófonos. Em Angola, essa luta foi conduzida por três movimentos políticos: a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA); a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA) e o movimento popular para a libertação de Angola (MPLA).

Dentre esses três movimentos, destacam-se os dois últimos que tiveram maior exposição em nível internacional e foram os principais condutores do processo. Apesar dos dois movimentos abraçarem a mesma causa, que era a libertação de Angola do jugo colonial português, ambos tinham posições políticas e ideologias distintas. A UNITA, movimento de orientação anticomunista, recebeu o apoio da China, da África do Sul e dos Estados Unidos da América; por sua vez, o MPLA, que defendia uma posição comunista, teve como principais aliados, a União Soviética e Cuba.

Assim, com o aumento da pressão internacional sobre os países coloniais e o crescimento das tensões entre os movimentos de libertação e os próprios governos, as preocupações com o desenvolvimento econômico das colônias passou a fazer parte da agenda do governo português, como uma tentativa de apaziguar o sentimento de revolta que crescia entre as colônias. Por outro lado, no entendimento das autoridades portuguesas, essa mudança passaria uma imagem diante da comunidade internacional de empenho nas resoluções de problemas sociais vividos nas províncias ultramarinas.

Segundo Pain (2007), para as autoridades portuguesas, o aumento do colonato e a industrialização das províncias ultramarinas eram considerados fatores decisivos no

desenvolvimento econômico da metrópole e ao mesmo tempo legitimava o novo entendimento das colônias. Essas ações, por sua vez, melhorariam a imagem do país no plano internacional, sustentando a “especificidade multicultural”.

Assim sendo, foram criadas várias iniciativas com vista ao desenvolvimento rural dos países-colônias. Dentre essas iniciativas, destaca-se o projeto-piloto de extensão rural de Andulo, a primeira iniciativa pública do gênero implementada em Angola (CASTELO, 2020).

3.1.2 O projeto-piloto de Extensão Rural do Andulo

Nos anos 1960, o engenheiro agrônomo brasileiro Glauco Olinger⁵, então dirigente e um dos fundadores da Acaresc (Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina), entidade responsável pela execução dos serviços de assistência técnica e extensão rural no estado, esteve em Angola para participar de uma conferência sobre a influência da extensão rural nas sociedades subdesenvolvidas.

Nessa visita patrocinada pela FAO, ficou determinada a implementação de um serviço de extensão rural na Província do Bié, sob a orientação dos serviços de extensão rural do Estado de Santa Catarina. Este, por sua vez, designou Hermann Possinger, para orientar e desenvolver o projeto de extensão rural em Angola (OLINGER, 2020).

Já no território angolano, em 1963, o engenheiro Possinger escolheu a localidade de Andulo, para dar início às atividades extensionistas. Nasceram ali, as primeiras iniciativas que dariam origem ao primeiro projeto público de extensão rural em Angola. O projeto teve cooperação com a Missão de Inquérito Agrícola de Angola (MIAA) e o Departamento de Estudos Africanos do IFFO (Instituto para a Pesquisa Econômica de Munique). Iniciou-se uma série de ensaios sobre a estrutura socioeconômica da população e organização da empresa agrícola do planalto central angolano, com o fim de averiguar as possibilidades de instalação de um serviço de extensão rural.

Segundo Possinger (1971), a implementação do projeto-piloto deveria ser inserida numa região que apresentasse maiores potencialidades de sucesso em relação às outras. Em 1966, Possinger definiu a região do planalto central como sendo a ideal para dar início

⁵ Glauco Olinger fundou a Acaresc (Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado), hoje Epagri; em 1956, foi secretário de Estado da Agricultura e Educação, presidente da Embrater e criador do projeto da fruticultura no estado de Santa Catarina. Além disso, Olinger foi professor e diretor do Centro de Ciências Agrárias da UFSC, criou o modelo sistema de extensão rural em todas as regiões catarinenses, que também levou para Angola e Cabo Verde (OLINGER, 2020).

às atividades, por ser habitada pelo maior grupo étnico de Angola (Umbundu), que apresentava grandes dificuldades econômicas. Esse é um povo que apresenta uma forte habilidade para a prática e o desenvolvimento da agricultura.

Sobre a escolha do local, Possinger acrescenta que

Se a extensão rural escolher um local com uma resposta muito segura, mas com resultados tardios, não terá tempo de convencer ninguém das suas necessidades e utilidades. Neste sentido, escolher a região do planalto central que é habitada pelo povo Umbundu, cujas experiências com a prática da agricultura foram desenvolvidas ao longo de anos e passadas de geração a geração (POSSINGER, 1969, p. 14).

Segundo Malumbu, citado por Calundungo (2013), a análise sobre as populações rurais do planalto central evidenciou que as transformações sociais e econômicas da região estão intrinsecamente ligadas aos métodos de educação que são difundidos desde a infância. Nesse sentido, tanto os adultos quanto as crianças dessas regiões são expostas em diversas situações da vida cotidiana, e na observação e imitação o conhecimento é passado de geração a geração.

Conforme o autor, essas características tornam as crianças Umbundu inseridas na sua cultura porque elas aprendem a executar aquilo que lhes é transmitido, sem descuidar os costumes do grupo. Essas características que os povos Umbundu apresentavam seriam importantes para aumentar as chances de sucesso do projeto e conseqüentemente ter maior aceitação por parte de outras comunidades espalhadas por diversas regiões de Angola, o que sempre foi o grande objetivo das atividades-piloto (MALUMBU, citado por CALUNDUNGO, 2013).

Dentre as culturas agrícolas que tinham uma boa adaptação aos solos e climas daquela região destacava-se a cultura do café arábico, produto de forte importância comercial na época, que era produzido em escala empresarial e camponesa. Desse modo, com a experiência que os produtores da região já tinham na produção do café, somadas a novas práticas agrícolas introduzidas por meio da extensão rural, acreditava-se que se aumentariam os ganhos de produtividade da cultura.

Destaca-se aqui, também, outro motivo para a escolha do local, ligado ao fato de que aquela era uma zona estratégica, dada a sua importância militar. A região do planalto central era o principal reduto de um dos principais grupos da luta de libertação nacional (UNITA). O governo colonial acreditava que a introdução do projeto na região

neutralizaria a crescente mobilização da população local e a articulação dos movimentos de libertação que se insurgiram contra o regime.

Depois de terminados os estudos para a definição da região em que seria lançado o projeto, em 1969 deu-se início às atividades. O projeto-piloto contava com Pössinger como orientador técnico. A secretaria da MIAA, em Luanda, assegurava o expediente, contabilidade e gestão de recursos humanos (CASTELO, 2020).

Nos primeiros meses de instalação do projeto, houve por parte da população uma certa desconfiança por desconhecerem as reais motivações do projeto. No entanto, essa situação foi rapidamente vencida com a incorporação na equipe técnica de pessoas que tinham bons conhecimentos de Umbundo (Língua nativa da região), o que facilitaria a comunicação entre os agricultores e a equipa técnica.

Logo se verificou uma adesão muito significativa por parte da população.

Não há país no mundo em que um serviço de extensão rural se instale sem ser combatido, não se inicia sem grandes ceticismos, não entra em dificuldades enormes que não dizem respeito diretamente ao campo, mas que dizem respeito às suas ligações e relações com outros serviços e com toda a máquina administrativa (POSSINGER, 1969, p. 14).

Uma outra dificuldade verificada vincula-se à escolha de técnicos qualificados para dar seguimento aos trabalhos. Diferente do que ocorria em países da América Latina, onde se contratavam engenheiros agrônomos para atuar como extensionistas, em Angola, devido à escassez de técnicos, isso não seria possível. Neste contexto, como solução, foram contratados regentes agrícolas que apresentavam um bom nível de percepção técnica e mulheres com o primeiro ciclo colegial, preferencialmente aquelas que apresentavam um bom domínio da língua Umbundo.

Os extensionistas trabalharam para convencer os agricultores a aceitarem a introdução de novas culturas agrícolas com boa aceitação comercial (soja e girassol), a utilização da adubação química em culturas de grande valor comercial, melhoramento dos tratos culturais, a criação animal e o estímulo ao comércio local. No que concerne ao cultivo do café, os extensionistas procuraram convencer os agricultores a plantarem os cultivos que apresentassem maior capacidade produtiva, tendo em vista o aumento da produtividade das lavouras.

Conforme relato de Possinger, nos seus primeiros meses de implementação, o projeto apresentou grande êxito, a apropriação pelos agricultores das técnicas ensinadas

pelos extensionistas já era bastante significativa. De acordo com os resultados, nessa fase a aceitação já rondava os 60% (POSSINGER, 1975).

Figura 1 - Extensão Rural, mulheres assistindo à sessão



Fonte: Arquivo MIA.

Figura 2 - Extensão Rural, homens assistindo à sessão



Fonte: Arquivo MIA.

No mesmo período, registrou-se um aumento na disponibilidade de crédito para as famílias camponesas; contudo, é importante lembrar que antes da implantação do projeto alguns agricultores já tinham acesso ao crédito, embora que de forma restrita e muito direcionadas a algumas culturas e insumos agrícolas. Nesse sentido, o aumento de crédito possibilitou aos produtores rurais aumentar a diversificação de sementes e insumos para as práticas agrícolas.

Por ter uma vertente emancipatória, característica dos serviços de extensão rural que visam promover a independência dos produtores por parte do poder político, o projeto foi acusado de subversão pelas elites portuguesas, o que fica evidente nas falas de Possinger (1971).

A população branca teme que a ação extensionista junto do agricultor indígena o leve a uma atitude demasiadamente emancipada, o que poderia de certo modo prejudicar o andamento dos seus negócios. As hierarquias baixas dos serviços administrativos receiam que a atividade não paternalista do projeto piloto emancipe as populações ao ponto de prejudicar o tipo de contato que com elas tradicionalmente mantêm. Na sequência, continua o autor, as hierarquias baixas dos serviços tradicionais, que normalmente executam as suas atividades dentro de moldes puramente paternalistas, sentem que a ação anti paternalista do novo serviço prejudica a sua posição, não só junto das populações como perante os seus chefes e reagem com a atitude hostil, mostrando o choque que sempre surge quando o trabalho não paternalista é introduzido em um ambiente de índole paternalista (POSSINGER, 1971, p. 10).

Conforme se observa nas declarações de Possinger, fica claro que, na percepção de parte dos dirigentes coloniais, os programas que estimulem a melhoria das comunidades nativas não eram bem-vistos. Essa percepção considera que as populações nativas eram inferiores e que o seu desenvolvimento econômico e social afetaria de modo negativo os seus próprios interesses.

O projeto de extensão rural funcionou por um curto período até ser interrompida por volta de 1974 a 1975, véspera da Proclamação da Independência de Angola. Nessa altura se registraram vários conflitos internos que inviabilizaram a continuidade das atividades. No momento em que as atividades foram encerradas, o projeto-piloto de extensão rural do Andulo já atendia cerca de 130.000 famílias que estavam organizadas em mais de 1.500 vilarejos (POSSINGER, 1975).

Por ser implementado em uma época de fortes turbulências internas, o que como consequência afetou o desenvolvimento das atividades, é difícil avaliar quais as reais potencialidades e os reais benefícios que o projeto de extensão rural do Andulo causou na vida da população que era atendida. Mensurar o impacto da extensão não é fácil. É complexo. Christoplos, Sandison e Chipeta (2012) chamam a atenção ao fato de que “a complexidade de avaliar extensão pode ser assustadora” (p. 51). O principal problema é o da atribuição, vincular a causa com o efeito quantitativamente.

Contudo, apoiados na literatura atual e seguindo os objetivos deste estudo, pode-se concluir que, de acordo com suas características, o projeto ERA se amparou numa abordagem difusionista. No entanto, como enfatiza CASTELO (2020), embora inspirada

na experiência de extensão rural de Santa Catarina, cuja genealogia se articula com a Revolução Verde e com o contexto da Guerra Fria, o projeto-piloto no Andulo e Nharea compreende-se, sobretudo, no âmbito do processo histórico do colonialismo tardio e da descolonização, processos atravessados por ambiguidades, tensões e negociações.

3.2 Política e extensão rural em Angola 1975 - 2002

Após um prolongado período de colonização portuguesa, que durou quase quinhentos anos, Angola conquistou a sua independência no dia 11 de novembro de 1975, após registrarem-se sangrentas lutas entre as tropas portuguesas e os movimentos nacionalistas. A filosofia dos movimentos nacionalistas era de que cada povo tem o direito de se tornar dono de seu destino; esse é o princípio de autodeterminação dos povos, que cria a possibilidade de independência nacional.

Em Angola, dentre os principais movimentos envolvidos na luta da libertação nacional encontravam-se A FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), fundada em 1954, sob a liderança de Holden Roberto; o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), fundado em 1956, por António Agostinho Neto; e a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), fundada em 1966, por Jonas Malheiro Savimbi.

Nessa perspectiva, depois dos movimentos de libertação terem alcançado o objetivo em comum, o de libertar Angola do jugo colonial português, era chegada a hora de se definir os rumos que o país tomaria agora sob a liderança de cidadãos nacionais. O entendimento entre as partes envolvidas no processo de libertação nacional se desenhava imprescindível para uma transição harmoniosa e democrática. Porém, não foi essa lógica que prevaleceu. Como aponta Calundungo (2013), a manifesta diferença entre grupos participantes, que aflorou o tribalismo e o regionalismo, inviabilizou o processo de transição democrática, pois os movimentos nacionalistas esperavam chegar e manter-se no poder pela força das armas.

Esse cenário de desentendimento aflorou a escalada de tensões entre as principais forças políticas do país e conduziu a República de Angola para uma sangrenta e prolongada Guerra Civil que durou cerca de 27 anos. Esse cenário de conflito armado viria a terminar em abril de 2002, com a assinatura dos acordos de paz entre o governo e a UNITA.

Por consequência da instabilidade política e das fracas medidas econômicas que se mostram desajustadas à realidade do país, percebeu-se uma queda acentuada na produção agrícola. De acordo com Pain (2007), tal fato foi ainda agravado pelo distanciamento entre as estruturas de concepção e de orientação global e as de execução, que se mostraram incapazes de materializar as políticas traçadas para o meio rural. Esta situação conduziu à marginalização dos camponeses em relação à vida econômica, social e política do país.

Como tal, a maioria das instituições nacionais, incluindo as que apoiaram os serviços de extensão rural, foram paralisadas. O clima de instabilidade levou mais de 300 mil portugueses a abandonar Angola, muitos deles eram fazendeiros e tiveram que abandonar as suas fazendas, que logo depois viriam a ser nacionalizada pelo estado. O estado adotou um modelo de gestão com características socialistas, procurando garantir a sobrevivência dos trabalhadores que ainda estavam ligados a essas fazendas controladas pelo estado e assegurar a continuidade da produção agrícola. Mas tudo isso resultou em fracasso.

Devido ao abandono maciço de técnicos portugueses, a população rural, maior parte dela analfabeta, perdeu o apoio das infraestruturas científicas, técnicas, econômicas e de formação profissional, que eram garantidas pelos técnicos portugueses, e dos grandes comerciantes – colonos – que controlavam as redes de comercialização de produtos agropecuários (CARDOSO, 2004 citado por PAIN, 2007).

Pacheco, Carvalho e Henriques (2013, p.22) recordam ainda que

A importância que o governo colonial português conferia à agricultura familiar, expressa na quantidade de serviços de assistência técnica e extensão agrícola e sua rede de implantação relativamente densa com sete diferentes serviços, mais ou menos especializados, principalmente nas províncias mais produtivas, nunca foi entendida e assumida pelo governo angolano. Tais serviços eram responsáveis pela divulgação dos conhecimentos técnicos e científicos obtidos nos Laboratórios, Centros de Estudos e Estações Zootécnicas; pela produção e distribuição de sementes e plantas melhoradas; pela produção e distribuição de animais reprodutores de raças melhoradas; pela intervenção de natureza preventiva ou de combate às pragas e doenças de maior importância econômica (PACHECO; CARVALHO; HENRIQUES, 2013, p. 22).

Nessas circunstâncias, Angola perdeu a sua posição como país agroexportador nos mercados internacionais. Passou de país exportador de produtos agropecuários para importador de grande parte dos produtos que consome. Pain (2007) relembra que o que marcou os anos 1975 a 2002 foi a incapacidade do estado em fazer frente às necessidades básicas do país. O setor agrícola, apesar de contar com 80% da população, foi o que menos

recebeu investimentos por parte do Estado angolano. As cooperativas e associações de agricultores não desempenhavam o seu verdadeiro papel e eram vistas como instrumentos a serviço do Estado e não como estruturas de autopromoção, geridas pelos próprios camponeses na base do voluntarismo e da participação.

As ações do Estado angolano se deram por meio das Estações de Desenvolvimento Agrário (EDA) que estavam vinculadas ao Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA) e tinham como principal missão dar apoio aos camponeses tanto no nível técnico – Assistência Agrícola – quanto a nível material com o fornecimento de insumos agrícolas.

Para Ndambuca (2020), as Estações de Desenvolvimento Agrário tinham como objetivo a modernização dos pequenos agricultores. Contudo, o cenário – falta de recursos, produtores com baixos níveis de escolaridade e de renda – não dava a possibilidade para o alcance de tal objetivo. Segundo Ndambuca (2020), o que se verificou na prática foi uma forte dependência dos agricultores em relação aos serviços fornecidos pelo Estado, agravada pela degradação das estruturas do setor.

Ao longo das décadas 1980 a 1990, registrou-se um grande fluxo migratório das populações que habitavam no meio rural em direção aos grandes centros urbanos com particular destaque para a capital do país (Luanda). Segundo Calundungo (2013), a contínua degradação da vida no campo, a diminuição das transações mercantis dos camponeses e os riscos permanentes à sobrevivência devido à Guerra Civil estiveram diretamente relacionadas com o êxodo rural registrado nessa época.

Com o fim da Guerra Civil, em 2002, grupos de pessoas que tinham fugido do meio rural para os grandes centros urbanos começaram a retornar para as áreas de origem. O fim das hostilidades permitiu desenhar novas estratégias para o desenvolvimento das comunidades rurais, bem como o ressurgimento dos serviços de extensão rural pública no país.

3.3 Política e extensão rural em tempos de paz - um recorte sobre as ECAs

O surgimento de novas abordagens de extensão rural tem influenciado mudanças na atuação dos serviços públicos de extensão rural. De modo geral, a aposta tem sido em abordagens participativas onde agentes de extensão e agricultores testam juntos. Os métodos de intervenção no campo têm se mostrado o caminho mais acertado, particularmente no contexto angolano. Uma maneira, encontrada pelos governos, de

garantir a participação em massa dos agricultores é a introdução da abordagem das Escolas do Campo para Agricultores que vêm sendo implementadas por organismos internacionais e nacionais.

Angola foi o último país da África Oriental e Austral que adotou a abordagem de Escolas de Campo para Agricultores. A metodologia de extensão rural foi implementada pelo Conselho Dinamarquês para Refugiados (Danish Refugee Council) no ano de 2005, nas províncias do Uíge e Malanje, norte do país; a iniciativa visou o apoio ao desenvolvimento sustentável entre agricultores realojados (BRAUN *et al.*, 2006).

Posteriormente, a FAO integrou a metodologia das Escolas de Campo para agricultores nos programas especiais de segurança alimentar (SPFS) nas províncias do Bié e Huambo, entre 2006 e 2012. Presentemente, a organização, em parceria com o governo de Angola e o Banco Mundial, que assume o papel do principal financiador, está a implementar a componente de Escolas de Campo no projeto MOSAP II⁶, que funciona nas Províncias do Bié, Huambo e Malanje.

Desde os primeiros anos que começou a ser implementada no território nacional, essa metodologia de extensão rural tem se tornado a principal abordagem adotada pelos serviços públicos de extensão rural por apresentar uma boa adaptação em diferentes situações, o que representou um impacto significativo nas políticas nacionais de extensão.

Nessas escolas, considera-se um campo como um livro, que gera informações sobre o sistema agroecológico da região. A tarefa da escola é ensinar o agricultor a ler este livro, não dizer a ele o que está escrito no livro, cabendo ao extensionista o papel de facilitador.

No entendimento de MAPIYE *et al.* (2021), uma das principais vantagens da abordagem de extensão pública adotada por Angola é que o governo pode usá-la para implementar políticas agrícolas nacionais e programas de desenvolvimento para

⁶ Destaca-se, aqui, que o Ministério da Agricultura e Pescas (MINAGRIP) como principal responsável governamental pelas estratégias de Extensão Rural, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Rural, desenvolve outras iniciativas que visam apoiar as populações rurais em diversos domínios. Muitas dessas iniciativas se enquadram no âmbito do PEDR (Plano de Extensão e Desenvolvimento Rural) que tem como objetivos gerais contribuir na redução da pobreza e na integração das comunidades rurais no desenvolvimento econômico e social do País. O PEDR centra-se em três pilares: organização comunitária, através da criação de associações e cooperativas camponesas; assistência técnica, incentivando a adoção de técnicas agrícolas modernas, e o desenvolvimento de mercados rurais. Embora apresente algumas atribuições semelhantes ao MOSAP, eles se diferenciam na sua aplicação; diferente do MOSAP que apresenta o modelo de intervenção focado nas escolas de campo – que é o objeto em estudo, o PEDR apresenta diferentes métodos de intervenção por ser desenhado para atender diversas iniciativas relacionadas com a Extensão e o Desenvolvimento Rural.

pequenos agricultores. Sob a extensão baseada no Ministério da Agricultura, os serviços são geralmente gratuitos e os agricultores podem visitar os escritórios de extensão a qualquer momento para buscar informações e aconselhamento.

A entidade governamental responsável pela definição de políticas e o fornecimento dos serviços públicos de extensão rural aos agricultores familiares é o Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas. Ele compõe-se de um secretariado-geral e de três direções nacionais: Agricultura, Pecuária e Florestas, Hidráulica Agrícola e Engenharia Rural (MINAGRIP, 2020).

Além disso, existem dois Institutos de Investigação: o Instituto de Investigação Agrícola e o Instituto de Investigação Veterinária e ainda os seguintes serviços especializados de desenvolvimento: o Instituto de Desenvolvimento Florestal, o Instituto de Desenvolvimento Agrícola, o Instituto Nacional do Café, o Instituto Nacional de Cereais e o Serviço Nacional de Sementes.

Em nível municipal, as estações de extensão rural são responsáveis por fornecer os serviços de extensão rural. Atualmente, esses serviços estão em funcionamento nas províncias de Bié, Cuanza Sul, Huíla, Huambo e Cuanza Norte (MINAGRIP, 2020). Existem também Gabinetes de Desenvolvimento Agrário para a promoção da produção agrícola e pecuária, em perímetros irrigados de pequena, média e grande escala situados nas bacias dos maiores rios. Até agora foram estabelecidos os seguintes: Humpata e Matala, Manquete, Kikuxi, Bom Jesus, Caxito e Quiminha. Todos eles estão sob a gestão dos Governos Provinciais, através das Direções Provinciais do Ministério da Agricultura.

3.4 Epílogo

No passado, a extensão agrícola apresentava o uso de modelos padronizados. Esses modelos conferiam aos serviços de extensão rural a missão de oferecer assistência técnica e financeira aos produtores rurais para que adotassem as tecnologias inovadoras desenvolvidas em institutos de pesquisa agrícola. Esse modelo de extensão rural era orientado pelo paradigma desenvolvimentista, difundindo as relações capitalistas de produção no meio rural e essas relações se materializam na forma da vinculação dos agricultores aos mercados de financiamento, de insumos e de comercialização.

Desde os anos 1990, os serviços de extensão focam em modelos descentralizados que levam em consideração aspectos culturais do público-alvo das intervenções. O desafio é colocar em prática as metodologias participativas, que incluem os produtores rurais em todas as etapas, desde a criação até a implantação das tecnologias. Conforme Almeida (1992), os métodos participativos reconhecem que a extensão é um processo de troca, isto é, de dar e receber.

Para mais, Almeida (1992) enfatizou que a extensão tem uma mensagem a comunicar, mas deve-se levar em consideração que a população rural possui um acervo de conhecimentos adquiridos por longos anos e, por isso, ela tem maior conhecimento sobre os elementos do seu ambiente e sobre seus problemas do que um extensionista.

Como se observou ao longo da história, a aplicação de modelos padronizados de extensão em novos contextos não se mostrou promissor mesmo quando os modelos importados são vistos como melhores práticas. Segundo Nkonya *et al.* (2006), é importante construir relações entre os formuladores de políticas públicas e os agentes de extensão, a fim de identificar qual a melhor forma de financiamento e fornecimento de serviços que se adaptem a condições e prioridades de desenvolvimento do seu país.

Ainda de acordo com Nkonya *et al.* (2006), para identificar as melhores opções de ajuste para o fornecimento e financiamento de serviços de extensão rural, devem ser observadas as vantagens e desvantagens de diferentes opções e os fatores de comparação. Esses fatores são chamados de condições: o ambiente político; a capacidade geral do serviço em atrair potenciais provedores e parceiros; as estruturas de governança; atuação; impactos; sistemas de cultivo e condições socioeconômicas; gerenciamento de capacidade, organização; a metodologia de extensão.

Levar em conta a observação desses fatores pode ser útil no processo de planejamento e elaboração de políticas de extensão rural e ajuda os profissionais ligados à área de formulação de políticas para o setor identificar as abordagens que mais se adequam às suas condições e prioridades específicas. Portanto, os profissionais e pesquisadores são encorajados a se adaptar e desenvolver ainda mais a estrutura para atender às suas necessidades (NKONYA *et al.*, 2006).

Verificou-se que os serviços de extensão rural pública em Angola sofreram diferentes mudanças ao longo do tempo. Nessa trajetória, foram sempre estabelecidos como política pública voltada para os agricultores familiares. Tais políticas sempre

tiveram a intenção de proporcionar a essa classe de agricultores o aumento da produção e produtividade das culturas por eles plantadas e a melhoria do bem-estar da comunidade.

Contudo, as formas de se alcançar esses objetivos também sofreram mudanças ao longo do tempo, entrelaçadas à situação política e social do país. Por um certo período da história da extensão rural em Angola, as intervenções dos serviços de extensão rural eram orientadas como uma forma de induzir mudanças nas sociedades do meio rural, através da adoção de tecnologias e a implementação de técnicas padronizadas de intervenção no campo. Nessa concepção de extensão, a razão das mudanças era quase sempre externa aos contextos locais.

A Política Extensão Rural nasceu nos anos 60, período de forte expansão do modelo baseado na Revolução Verde pelo mundo. Apesar das críticas que surgiram nos anos posteriores sobre a forma de intervenção dessa metodologia de extensão rural, a verdade é que, em Angola, este serviço constituiu-se em um marco revolucionário para os agricultores da época, que eram constituídos por nativos indígenas e que não recebiam qualquer tipo de assistência até então.

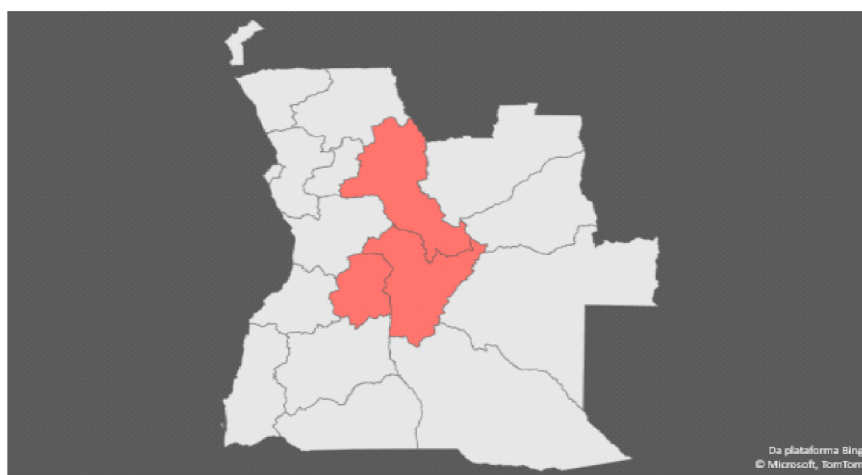
Com a retomada da paz, as políticas de extensão rural mantiveram praticamente os mesmos objetivos. Entretanto, houve o entendimento de que as ações dos serviços de extensão rural devem ser amparadas em uma lógica de atuação participativa. Assim, as ações de Extensão Rural, baseadas no modelo convencional, experimentado na era colonial, passam a ser substituídas por novos enfoques metodológicos, com a introdução das Escolas de Campo para Agricultores, que têm se mostrado como modelo mais ajustado para dar conta das diferentes realidades que o país apresenta.

4. ESCOLA DE CAMPO NO PROJETO MOSAP II - ANGOLA: POTENCIALIDADES E LIMITES

O presente capítulo da Dissertação corresponde à pesquisa de campo e busca a compreensão acerca da aplicação da metodologia ECAs dentro de um contexto. Aqui, serão abordados como são implementadas as Escolas de Campo para Agricultores no contexto do projeto MOSAP II, as suas vantagens e desvantagens dessa abordagem de extensão, com base na visão dos profissionais que atuam nas províncias de Malanje, Huambo e Bié.

Como essa pesquisa foi feita nas regiões norte e central de Angola, foram selecionados os profissionais de extensão que atuam nas províncias do Bié, Malanje e Huambo.

Figura 3 - Mapa de Angola realçando a localização geográfica de Malanje, Huambo e Bié



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Destaca-se que a seleção das três províncias levou em consideração o fato de representar as regiões em que estão sendo efetivados os serviços de extensão rural pública de Angola. Nelas, há uma concentração de agricultores familiares envolvidos diretamente com os serviços públicos de extensão rural.

Nessas regiões, as explorações agropecuárias são diversificadas e as famílias cultivam milho, mandioca, batata doce, soja, trigo, batata inglesa e tomate. Essas culturas estão diretamente associadas à criação de suínos, caprinos, bovinos, aves, dentre outras espécies. Por serem áreas fortemente agrícolas, essas províncias estão entre as maiores produtoras das principais culturas agrícolas produzidas e consumidas no país

(CAMPANHA AGRÍCOLA, 2018). Dados da Campanha Agrícola 2018/2019 dão conta de que a Província do Huambo se apresenta como a maior produtora de cereais, sendo anualmente cultivadas em seus solos mais de 816 mil toneladas/ano. Esse volume representa cerca de 28,1% do total produzido no país por ano. A província ainda é líder na produção de leguminosas e oleaginosas, com uma produção acima de 116 mil toneladas por ano, representando muito perto dos 20,5% do total de gramíneas e leguminosas produzidas no país. Também lidera a produção de hortaliças, com mais de 544 mil toneladas por ano, aproximadamente 30% de toda a produção nacional (CAMPANHA AGRÍCOLA, 2018).

Por sua vez, a Província do Bié é a segunda maior produtora de leguminosas e oleaginosas, sendo responsável pela produção anual de 101 mil toneladas ou 17% do total da produção em nível nacional. Essa província também se apresenta como a terceira maior produtora de cereais, com 472 mil toneladas produzidas anualmente ou 16,3% da produção nacional.

Por último, a Província de Malanje apresenta-se como a segunda maior produtora de raízes e tubérculos, com uma produção acima 1,6 milhões de toneladas por ano, o que representa cerca de 14,6% do total produzido no país.

Dessa forma, como grande parte dos produtores dessa região são agricultores familiares, estes constituem o público alvo do projeto MOSAP. De acordo com Barnett; Blas; Whiteside (1996), a agricultura de subsistência refere-se à agricultura e a um conjunto de atividades associadas, desenvolvidas juntas. Compõem uma estratégia de subsistência em que a produção principal é consumida diretamente pela família. Nesse sistema, também há utilização de poucos insumos para a produção. E, se houver, apenas uma pequena proporção da produção vai para o mercado.

Para Morton (2007), os sistemas da agricultura de subsistência são caracterizados pela sua complexidade, altos riscos na produção e sua diversidade. Ademais, as áreas cultivadas, geralmente pequenas, são mantidas sob a posse tradicional ou informal e encontram-se, em muitos casos, em ambientes marginalizados e com solos pouco produtivos. Por outro lado, Kostov e Lingard (2002) apontam que uma das características da agricultura de subsistência, que se configura em um dos seus principais gargalos, são os seus vínculos frouxos e incompletos com o mercado. Nesse tipo de agricultura, mais da metade dos principais produtos agrícolas é orientada para o autoconsumo e não para a cadeia de comercialização.

A degradação das vias que dão acesso aos pontos de venda para a comercialização da produção agrícola dificulta ainda mais o processo de escoamento dos produtos para comercialização em outras zonas fora dos municípios e até mesmo da própria província.

Outro ponto a ser destacado é o excesso de burocracia por parte dos bancos comerciais, que têm dificultado o acesso dos agricultores familiares ao crédito agrícola. Os agricultores afirmam que os bancos comerciais angolanos não querem financiar as suas produções, por insegurança, sendo que para a realidade de muitos agricultores tem funcionado mais o crédito em espécie, sejam eles insumos /inputs agrícolas.

Apesar dos problemas evidentes que limitam a sua atuação, em Angola, a forma predominante de produção de alimentos e outros bens no meio rural é a agricultura familiar (incluindo os agricultores familiares de subsistência). Conforme os dados da Campanha Agrícola 2018/19, a área cultivada foi de cerca de 5,7 milhões de hectares, repartidos por empresas agrícolas familiares (94,2% da área total cultivada) e por explorações agrícolas do tipo empresarial (CAMPANHA AGRÍCOLA, 2018).

É importante ressaltar que os agricultores familiares representam mais de 99% do número total de agricultores. A importância da agricultura familiar fica ainda mais evidente quando observamos o peso que ela representa na produção das principais culturas agrícolas, conforme representado nas Tabelas abaixo.

Tabela 1 - Peso das empresas agrícolas familiares na produção agrícola

Tipo de produção	% EAF
Cereais	81%
Raízes e Tubérculos	92%
Leguminosas e Oleaginosas	89%
Fruteiras	66%
Hortícolas	80%

Fonte: Campanha Agrícola 2018/2019.

A Tabela 1 coloca em evidência o peso que a agricultura familiar representa para o setor agrícola nacional. Como observado, essa estratégia de agricultura é responsável pela produção de 81% de cereais; 90% de raízes, tubérculos, leguminosas e oleaginosas

e cerca de 66% de fruteiras. A maior parte da área cultivada é dedicada à produção de cereais, sendo também as raízes e tubérculos culturas importantes em termos de área utilizada (Tabela 2).

Tabela 2 - Área total semeada e colhida pelas empresas EAF e EAE por fileira

Produção	%
Cereais	53,6%
Raízes e Tuberosas	20,9%
Leguminosas e Oleaginosas	18,4%
Fruteiras	4,6%
Hortaliças	2,4%

Fonte: Campanha Agrícola 2018/2019.

Como se pode verificar na Tabela 2, o total de área nacional trabalhada pelas diferentes explorações agrícolas na campanha agrícola 2019/2020 foi de 5.671.261 hectares, dos quais quase 54% foram ocupados pelas culturas de cereais, com principal destaque para a cultura do milho que apresenta uma boa adaptação aos solos e clima local e constitui a base da dieta alimentar de grande parte da população angolana.

Em seguida, seguem-se as culturas do grupo de raízes e tubérculos, que ocuparam uma área produzida correspondente a 21% do total da área plantada, leguminosas 18% e fruteiras 4,6%.

Tabela 3 - Repartição percentual da área nacional cultivada por região

Região	Área cultivada %
Centro	59%
Norte	24%
Sul	17%

Fonte: Campanha Agrícola 2018/2019.

No período em referência, a Região Centro do país (Cuanza Sul, Benguela, Huambo, Bié e Moxico) foi responsável por 59% da área nacional cultivada,

correspondendo a 3.333.606 ha. A Região Norte (Cabinda, Zaire, Uíge, Malanje, Cuanza Norte, Bengo, Luanda, Lunda Norte e Lunda Sul) e a Região Sul (Huila, Namibe, Cunene e Cuando Cubango) cultivaram respetivamente 24% e 17% da área total semeada em nível nacional (CAMPANHA AGRÍCOLA, 2018).

4.1 Projeto MOSAP - Objetivos e estratégias

Tendo em vista essas dificuldades sentidas pelos agricultores familiares de subsistência em Angola e que limitam o seu desenvolvimento, foi instituído o Projeto Mosap (Projeto Agrícola de Produtores Familiares Orientado para o Mercado) no ano de 2007. Desenhado para se enquadrar na Estratégia de Redução da Pobreza de Angola, destacou a satisfação das necessidades alimentares internas e o relançamento da economia rural como áreas vitais para o desenvolvimento socioeconômico do país. O objetivo do MOSAP é criar um aumento sustentável e alargado nas receitas de pequenos agricultores rurais nos municípios e comunas definidas através da melhoria na organização e eficiência da produção agrícola e marketing. (BANCO MUNDIAL, 2007).

O projeto foi inicialmente elaborado e financiado pelo Banco Mundial e pelo Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura em parceria com o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural de Angola. Para o seu desenvolvimento, foram selecionadas as províncias do Bié, Huambo e Malanje.

Inicialmente o projeto foi pensado para durar um período de seis anos e atender cerca de 25 comunas distribuídas em 12 municípios das três províncias selecionadas. O número total de beneficiários a serem atendidos, de acordo com as projeções iniciais, era de 1.000.000 de pessoas, distribuídas em aproximadamente 200.000 agregados familiares. O número total de agregados familiares previsto para ser atendido por província era de 100.000 do Bié, 50.000 de Huambo e 50.000 de Malanje. (BANCO MUNDIAL, 2007).

O valor de investimento no MOSAP I foi orçado em 50 milhões de dólares americanos; desse valor, o Banco Mundial contribuiu com um empréstimo de 30 milhões de dólares, o FIDA com 8 milhões de dólares americanos e o Governo do Japão em forma de doação investiu 4 milhões de dólares americanos. Além dos parceiros internacionais, o governo de Angola investiu cerca de 5 milhões de dólares e outros 3 milhões de dólares foi contribuição do setor privado.

Na sua criação, foram estabelecidos os seguintes objetivos: (i) reforçar a capacidade de produção do setor tradicional, particularmente de culturas alimentares e da pesca; (ii) reativar os sistemas de mercado interno (impulsionar o comércio rural); (iii) o desenvolvimento sustentável dos recursos naturais; a reorganização; adequação do quadro jurídico e modernização gradual das instituições públicas. Para o alcance dos objetivos estabelecidos, o projeto tinha quatro componentes principais: o aumento da produtividade agrícola; programa-piloto de melhoria do mercado de fertilizantes; capacitação; gestão do projeto.

Coube ao Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural através do seu Instituto de Desenvolvimento Agrário implementar o projeto nas regiões definidas. A FAO também desempenhou um papel fundamental na assistência ao IDA por meio da criação das Escolas de Campo para Agricultores (ECAs), onde os agricultores “poderiam fortalecer suas habilidades técnicas e gerenciais, estabelecer e fortalecer suas associações e cooperativas”. A primeira fase do projeto encerrou-se em 2016.

O programa MOSAP I foi considerado particularmente bem-sucedido, produzindo resultados perceptíveis para os agricultores participantes. Verificou-se uma adesão muito expressiva por parte dos agricultores nas Escolas de Campo. Os dados apontam que, aproximadamente, 55.000 agricultores familiares beneficiaram-se de formações sobre vários assuntos, quase metade dos quais através de 726 Escolas de Campo de Agricultores (FIDA, 2017).

Embora o MOSAP tenha sofrido com problemas de início e gestão lentos nos primeiros anos, produziu resultados tangíveis para os agricultores participantes, também por meio da adoção rigorosa do modelo da Escola de Campo de Agricultor (ECA) como método de extensão. Esforços sistemáticos de desenvolvimento de capacidade do pessoal de extensão levaram a uma melhor prestação de serviços de extensão agrícola (FIDA, 2017).

As evidências disponíveis mostraram que as lavras comunitárias cultivadas através de 109 subprojetos de mecanização levaram a aproximadamente 30 a 50% de produção excedente, geralmente vendida nos mercados locais. Mais importante, o projeto conseguiu melhorar a qualidade do apoio e da assistência técnica que os agricultores receberam das organizações governamentais relevantes (FIDA, 2017).

De acordo com o relatório do FIDA (2017), apesar de ser considerado bem-sucedido, houve algumas limitações no fornecimento de incentivos para os jovens

aderirem ao projeto, verificando-se, dessa forma, uma participação reduzida destes dentro das escolas de campo. O relatório ainda apontou o atraso na adoção da metodologia Escolas de Campo por parte de algumas aldeias como um dos problemas enfrentados pelo MOSAP I.

No ano de 2016, o projeto MOSAP entrou na sua segunda fase – denominada MPOSAP II. Os objetivos da segunda fase são praticamente os mesmos que foram estabelecidos na sua fase inicial, com a metodologia de Escolas de Campo sendo a principalmente abordagem da ação extensionista dentro do MOSAP. Neste contexto, dada a importância que as ECAs representam e seguindo os objetivos pré-estabelecidos nessa pesquisa, buscamos entender, por intermédio dos extensionistas que atuam nas três províncias em que o MOSAP II foi instalado, as seguintes questões: Como as ECAs são projetadas? Quais vantagens as ECAs trazem para os produtores rurais na visão dos extensionistas? Quais as limitações na aplicação da metodologia escolas do campo segundo os extensionistas? Os resultados podem ser conferidos nas seções que se seguem.

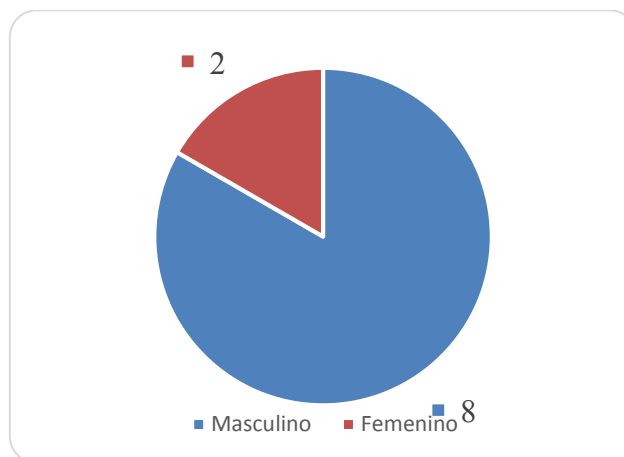
4.2 Como as ECAs são projetadas

No sentido de descrever e discutir a visão dos extensionistas sobre a abordagem das Escolas de Campo para Agricultores, instaladas nos projetos de extensão rural no Centro e no Norte de Angola, foram entrevistados profissionais ligados ao IDA (Instituto de Desenvolvimento Agrário), concretamente os que atuam junto ao Projeto MOSAP II.

As ações do projeto são orientadas pelo desenvolvimento de metodologias participativas a partir da implantação de Escolas de Campo para Agricultores. Destaca-se, aqui, que as categorias apresentadas foram criadas de acordo com a frequência de respostas dadas pelos próprios extensionistas que participaram da pesquisa nas três províncias abrangidas pelo MOSAP II.

No primeiro momento da análise, objetivou-se o levantamento de dados sobre o perfil dos entrevistados. Desse modo, a primeira parte do questionário utilizado nas entrevistas buscou responder às questões sobre: nome do participante (opcional), sexo, nível de formação de mais alto grau, bem como o cargo ou função que ocupa na instituição.

Figura 4 - Identificação dos participantes por sexo



Fonte: Elaborado pelo Autor.

Conforme pode ser observado no gráfico acima explanado (Figura 4), foram entrevistados 10 extensionistas, sendo estes oito do sexo masculino e duas do sexo feminino. Apesar dos esforços para se alcançar uma amostra representativa dos dois sexos, tal pretensão não foi possível de ser realizada, primeiro porque a participação feminina nos trabalhos como extensionistas rurais é bastante reduzida em Angola, e segundo pelo fato dessa pesquisa abranger um número bastante reduzido de participantes.

Tabela 4 - Identificação dos participantes pela formação e região

Profissão	Centro	Norte
Técnico Agrícola	3	5
Eng. Agrônomo	1	0
Técnico em Gestão Agrícola	0	1

Fonte: Elaborado pelo autor.

A Tabela 4 faz referência aos títulos acadêmicos dos profissionais de extensão rural nas duas regiões (Centro e Norte). É importante pontuar que se buscou avaliar apenas o grau máximo de titulação. Nesse sentido, embora alguns extensionistas já estejam em fase de conclusão de cursos de nível superior, foram considerados como profissionais de nível técnico. Conforme apresentado na Tabela 4, do total dos

entrevistados oito têm formação de nível médio e apenas um dos participantes tem formação de nível superior.

Segundo a declaração dos próprios extensionistas, existem mais profissionais de nível médio a trabalharem nos serviços de extensão rural em Angola. Segundo os mesmos, o acesso aos cursos das áreas das Ciências Rurais de nível superior – área mais requisitada pelos serviços de extensão rural – tem sido difícil devido à escassez de vagas e pelo fato de a área de extensão rural ser menos atrativa por conta da remuneração baixa. Sobre a função que exercem na instituição, todos identificaram-se como extensionistas rurais.

Ainda sobre a Tabela 4, pode ser observado que foram entrevistados extensionistas de três áreas de formação, com o principal destaque para os técnicos agrícolas que representam cerca de 80% do total. Todos os profissionais são da área das Ciências Rurais.

4.2.1 Contato com a comunidade

Para o seu funcionamento e a implementação das Escolas de Campo, primeiramente o extensionista identifica a comunidade que tenciona fazer a implementação da escola; essa identificação é feita a partir de um diagnóstico prévio. Uma vez identificada a comunidade, o passo a seguir é estabelecer contato com líderes comunitários a fim de se discutir as possibilidades de implementação das Escolas de Campo. Após a aceitação por parte da comunidade para a implementação da Escola de Campo, faz-se um diagnóstico rural, no qual é feita uma sequência de perguntas e respostas, em que se utiliza diagramas e outras ferramentas participativas para conhecer melhor a aldeia.

Para o diagnóstico rural que é ponto de partida, procura-se primeiro traçar o perfil histórico da comunidade (aldeia), na sequência partimos para o diagrama de Venn para ver as relações que a aldeia tem com outras comunidades e o comércio, o diagrama de bolo para identificar as culturas que mais produzem e a matriz de importância das culturas, levantamento da pecuária da aldeia e os seus gargalos para a criação.

4.2.2 Recursos para insumos do projeto

Por se tratar de comunidades de produtores de subsistência, na sua grande maioria não têm capacidade financeira para suportar os custos inerentes à produção. Levando isso em conta, na fase de planejamento para criação de uma Escola de Campo faz a prova de caixa. Essa prova permite fazer uma previsão de onde vieram e de quanto será necessário para dar seguimento rumo à fase de implementação da escola.

O próprio projeto garante o fornecimento de insumos agrícolas para os produtores que pode ser feito de duas modalidades. A primeira por ‘fundo perdido’ ou não reembolsável; nessa modalidade os agricultores não precisam restituir o que lhes foi dado. A segunda, por empréstimo.

4.2.3 Desenvolvimento de currículo e formação de grupo

No início do projeto são definidos os temas a serem tratados nas Escolas de Campo. Geralmente os agricultores são divididos por grupos e junto com os facilitadores definem o que será estudado, sempre levando em conta as necessidades da comunidade.

A abordagem da Escola de Campo baseia-se nos princípios das abordagens participativas. Leva em consideração o conhecimento local dos agricultores, dá liberdade para eles tomarem decisões e, dessa forma, ajudarem na descoberta de possíveis soluções por meio do conhecimento adquirido nas aulas práticas. Os agricultores e facilitadores decidem em conjunto as atividades a serem realizadas, testam as soluções e identificam quais tipos de recursos serão necessários para a resolução dos problemas identificados.

No entanto, de acordo com as declarações dos extensionistas dentro do projeto em que atuam, a dinâmica do que se deve ensinar e aprender é diferente. Cabe aos facilitadores definirem o que será estudado, salvo em algumas situações em que os agricultores trazem uma demanda o conteúdo pode ser trabalhado.

O currículo das Escolas de Campo segue o ciclo natural do assunto em abordagem, seja uma cultura (semente a semente), gado, solo ou artesanato.

4.2.4 A formação dos facilitadores

A formação dos facilitadores deve levar em conta o conhecimento dos processos e de cada realidade, visando à necessidade de uma ação capaz de promover mudanças e

melhorias da qualidade de vida dos agricultores. A seleção e o treinamento de facilitadores é uma etapa crucial para determinar a qualidade e o sucesso das escolas.

Dentro de uma Escola de Campo, o extensionista ou facilitador desempenha um papel preponderante. Para construir com os agricultores novas práticas e ampliar os seus conhecimentos, os extensionistas precisam conhecer profundamente as técnicas de manejo e cultivo (de todas as etapas dos ciclos produtivos), além de metodológicas e habilidades organizacionais. O facilitador deve estar familiarizado com a história da comunidade, conhecer as suas práticas culturais, as relações de gênero e áreas de conflito em potencial. Estes elementos devem ser levados em conta no processo de seleção e formação dos facilitadores.

No Projeto MOSAP, a FAO tem garantido a formação dos extensionistas. Para além da parceria institucional com a FAO, o próprio projeto garante palestras e outras atividades com o objetivo maior de promover a melhoria das habilidades dos extensionistas no campo e, conseqüentemente, dos agricultores e de suas famílias e comunidades.

O bom facilitador deve ter boa habilidade de liderança, conhecer os princípios das metodologias participativas e saber envolver a comunidade nas atividades previstas pelas Escolas de Campo.

4.2.5 A formação dos agricultores nas Escolas do Campo

Para a formação dos agricultores, a escola utiliza-se de pedagogias baseadas na abordagem construtivista, metodológicas, ou seja, a aquisição do conhecimento acontece num processo de construção (embora, como relatado pelos próprios Extensionistas, na maior parte das vezes esse princípio não tem sido seguido dentro do Projeto MOSAP). A construção de saberes é uma tarefa complexa, porque requer uma visão multidisciplinar.

Observa-se que o currículo é pensado e organizado, respeitando a parte diversificada inerente à vida no campo e em observância às experiências de educação em alternância. Deste modo, os conhecimentos curriculares e técnicos norteados pelas Escolas de Campo são sempre trabalhados associados às questões comuns à realidade vivenciada no trabalho no campo.

Assim, os agricultores devem frequentar aulas semanais, divididos em grupos de 25 a 35 pessoas, ao longo do ciclo de produção, a fim de ser capaz de internalizar os

conhecimentos adquiridos nas escolas. Dependendo do tópico estudado ou do foco do dia de aula, os grupos podem ser constituídos apenas por homens, apenas mulheres ou gêneros mistos. Temas como controle de doenças e pragas - tipos de doenças e pragas de cada cultura trabalhada; identificação, impacto nos rendimentos, controle e IPPM; gestão ambiental e sua importância; conservação e manejo do solo; o impacto de doenças como a IDS e Covid-19 no desenvolvimento agrícola e na comunidade, norteiam as discussões realizadas no processo de ensino/aprendizagem.

4.3 Vantagens que as ECAS trazem para os produtores rurais na visão dos extensionistas

4.3.1 Capacitação

As Escolas de Campo são um espaço para aprendizado prático em grupo; dessa forma, os agricultores aprimoram as suas habilidades para análise crítica e tomada de decisão. O nível de educação dos agricultores que participam nas Escolas de Campo é mais elevado quando comparado aos agricultores que não participam ou não estão associados às escolas.

4.3.2 Organização dos agricultores e acesso ao mercado

Um dos grandes gargalos enfrentados pelos agricultores familiares, principalmente aqueles que estão distantes dos grandes centros urbanos, como é o caso dos agricultores atendidos dentro do projeto MOSAP, está relacionado à capacidade de monetizar a sua produção de modo a subtrair rendimentos desta. Sem renda, não é possível ter acesso aos bens necessários para a sobrevivência dos agricultores com condições mínimas de dignidade.

Portanto, o assunto sobre a comercialização dos produtos agrícolas tem sido amplamente discutido dentro das Escolas de Campo. Entende-se que se faz mais do que necessário promover esforços no sentido de melhorar a geração de renda dos agricultores familiares. Para tanto, os agricultores são estimulados a criarem cooperativas ou associação de produtores ou vincularem-se a uma já existente. Os extensionistas não souberam responder quantos produtores estão vinculados a uma cooperativa ou associação dos produtores.

Contudo, os estudos de Waddington (2014) sobre a organização dos produtores rurais nas Escolas de Campo na Índia e alguns países da África demonstram que 41% destes agricultores eram membros de uma cooperativa ou associação de agricultores, em comparação com os agricultores que não faziam parte das escolas, somente 13% deles estavam integrados em associações de agricultores ou cooperativas. Nas Escolas do Campo os agricultores são organizados em grupo; dessa forma, o processo de organizá-los em cooperativas ou associações de agricultores torna-se mais facilitado.

4.3.3 Adoção de novas práticas agrícolas e o acesso a insumos agrícolas

A introdução de novas práticas agrícolas associadas à experimentação oferece oportunidades de aprendizagem e de capacitação entre os agricultores. Dessa forma, os agricultores desenvolvem a capacidade de melhor gerenciar os seus recursos. O Relatório do FIDA (2017) sobre o impacto do Projeto MOSAP I na vida das famílias mostrou que com a adoção de novas práticas agrícolas as lavras comunitárias cultivadas aumentaram em aproximadamente 30 a 50% a produção excedente, que é geralmente vendida nos mercados locais.

O lucro líquido da venda do produto foi parcialmente compartilhado entre os membros e parcialmente reinvestido na lavoura comunitária para a safra seguinte. Alguns grupos já haviam investido em lavras comunitárias para a multiplicação de sementes, que deveriam ser vendidas a preços melhores do que a produção para o consumo de alimentos.

Ainda, segundo esse Relatório, em relação à segurança alimentar e à produtividade agrícola, os dados apontam que as práticas agrícolas introduzidas propiciaram o aumento da produção. Esse fato permitiu que muitas famílias ultrapassassem o limite de subsistência e direcionassem o excedente para o mercado. De acordo com os dados, o aumento de produtividade na cultura do milho foi de mais de 60%. Os peritos atribuem esse aumento exponencial à maior disponibilidade de insumos para a produção e ao reforço na qualificação do quadro de extensionistas rurais que atuam diretamente com as famílias, nas unidades escolares (FIDA, 2017).

4.3.4 Emancipação e empoderamento das mulheres

A emancipação implica a obtenção de objetivos sociais e direitos políticos por um grupo da sociedade que foi anteriormente marginalizado ou excluído; empoderamento objetiva impulsionar grupos e comunidades na melhoria de suas condições de vida, elevando a sua autonomia. O empoderamento ocorre quando as mudanças implementadas em uma determinada comunidade ou em um grupo social são capazes de trazer a eles um maior controle de suas vidas dentro de seu ambiente socioeconômico.

Os extensionistas entrevistados relataram que houve um maior equilíbrio no poder de tomada de decisão em favor das mulheres. Assim, as Escolas de Campo foram capazes de uma participação quase igualitária entre os homens na agricultura e na tomada de decisão, segundo os mesmos as mulheres têm se mostrado mais abertas em expressar as suas opiniões dentro das reuniões. Dados do relatório do FIDA vão ao encontro do relato dos extensionistas, apontando que 56% dos membros das escolas de campo eram mulheres. O projeto abordou as necessidades práticas das mulheres através da introdução dos moinhos para mandioca e milho, que poupam longas horas de trabalho físico pesado e com os cursos de alfabetização e numeração que tendem a fortalecer a autoestima das mulheres (FIDA, 2017).

4.4 As limitações na aplicação da metodologia Escolas do Campo segundo os extensionistas

De acordo com os relatos dos extensionistas, a metodologia de Escolas de Campo tem alcançado resultados positivos para as comunidades em que eles trabalham. Embora se verifique uma certa resistência na altura da sua implementação, devido sobretudo à desconfiança por parte de alguns agricultores, o seu nível de aceitação tem crescido no seio das comunidades atendidas pelo projeto.

No entanto, os extensionistas rurais enfrentam vários problemas para cumprir os objetivos por eles traçados, por suas instituições ou pelos beneficiários com quem trabalham definiram. Muitos dos problemas enfrentados por eles estão atrelados à valorização do seu trabalho dentro da instituição. De acordo com os mesmos, a atividade de extensão rural é uma atividade de alto risco e a remuneração que recebem não faz jus ao esforço empregado. Além disso, a falta de plano de saúde e seguro de risco são fatores que desmotivam a classe de extensionistas.

A falta de recursos humanos para trabalhar como extensionistas rurais dentro das Escolas de Campo foi um dos mais mencionados pelos profissionais. Esse fator está relacionado tanto com a grande quantidade de produtores que requerem atenção, quanto com a disponibilidade limitada de recursos humanos e financeiros para contratações.

Outro fator limitante está ligado às condições de infraestrutura do país e à consequente indisponibilidade ou contingência de meios para o trabalho diário com as famílias e comunidades. Muitas das aldeias atendidas estão distantes das instalações dos escritórios do Projeto e em locais sem vias de acesso para carros, o que obriga os extensionistas a percorrem vários quilômetros a pé. A barreira linguística constitui-se também em um dos problemas. O português é falado por cerca de 71% da população angolana, com maior predominância nas áreas urbanas, onde 85% da população fala esse idioma, enquanto somente 49% na área rural tem a habilidade com a língua portuguesa e se comunica por dialetos (INE, 2014).

As questões comerciais são de extrema importância para os extensionistas, tendo em vista que um dos objetivos principais do projeto é a integração dos agricultores ao mercado. De acordo com os relatos, o projeto não tem sido capaz de fazer a integração dos agricultores com os distintos nichos de mercado e as perdas da produção são de nível acentuado, por falta de escoamento dos produtos.

A falta de estímulo ao comércio local obriga os agricultores a procurarem mercados fora das Províncias, por exemplo, Luanda, a capital do país, que tem sido o principal destino das produções agrícolas de todo o território nacional. Esse gargalo se soma à falta de transporte, a estradas em estados degradantes e ao alto grau de informalização do mercado agrícola nacional. São problemas históricos que continuam desvinculados das ações públicas de desenvolvimento rural e atualmente, como revelam os extensionistas, afetam diretamente os mecanismos locais das vendas dos produtos da agricultura familiar.

Por último, um dos problemas citados por todos os entrevistados foi a desconfiança da comunidade em relação ao trabalho dos extensionistas, o que se evidencia na fala do extensionista 4.

Temos alguns agricultores que apresentam resistência quanto a implementação de uma nova metodologia de extensão rural por já estarem acostumados com aquela forma de trabalho tradicional adquirida há bastante tempo e se recusam a implementar ou a readequar as suas técnicas de produção. Mas, acredito que

nós como extensionistas devemos melhorar e ser humildes a capacidade de interagir com as comunidades (Extensionista - 4).

De certo, os extensionistas rurais que tiveram formação na área das Ciências Agrárias aprendem pouco sobre como construir confiança entre os membros da comunidade. No entanto, isso não significa que eles não saibam nada sobre este assunto, porque eles adquirem valiosa experiência de trabalho.

4.5 Epílogo

A extensão rural sempre teve estreitos laços com a educação do homem no campo. Embora a formação do homem no campo sempre tenha acompanhado as estratégias de desenvolvimento rural, ela ressurge no contexto atual, sob uma nova ótica.

Ao longo de sua história, a extensão rural exerceu o papel de educar as populações rurais para adoção de novas tecnologias introduzidas na agricultura. A instrução do homem no campo era considerado como um fator necessário ao desenvolvimento, um elemento chave para determinar o ritmo da modernização da agricultura (NEUMANN, 1992, p. 149).

No auge do modelo difusionista, a capacitação da mão de obra rural era considerada uma etapa do próprio processo de difusão. Fazia-se necessário desenvolver habilidades ao agricultor para que uma nova tecnologia pudesse ser efetiva. Contudo, a aceitação da função reprodutivista como a única possível para a educação e a negação desta como campo de luta, de contradições e de relações de força acabou produzindo uma descrença quanto ao papel e a importância da educação (NEUMANN, 1992).

No âmbito do desenvolvimento rural, essa visão resultou na subestimação da imprescindibilidade da educação das famílias rurais, inibindo que estes utilizassem racionalmente seus recursos e tecnologias e protagonizassem as soluções dos seus problemas.

Assim sendo, no atual contexto, que se apresenta com uma visão renovada, o tipo de educação que se busca é a que leva em consideração uma multiplicidade de fatores que fazem parte da vivência dos agricultores no meio rural. Desse modo, ela deve contemplar formas de educação específicas e que combinem muitos fatores, como as questões culturais, valores locais, coletivas, sociais, históricas, ambientais e também deve promover a formação integral das pessoas.

Essa nova concepção de extensão rural tem como elemento-chave da sua atuação a formação do homem do campo. A formação dos agricultores torna-se a base para o desenvolvimento rural em suas diversas orientações, quer no foco ao desenvolvimento local, no uso de tecnologias alternativas, na organização dos próprios agricultores quer na sua relação com o ambiente agroecológico.

A ênfase no desenvolvimento local e a busca de soluções tecnológicas alternativas que podem ser desenvolvidas na comunidade torna-se uma forma de escapar ao controle e à influência de eventos externos, assenta-se na capacidade das próprias pessoas, grupos e comunidades que habitam determinado local e no controle crescente das próprias condições de existência. Nesse contexto, a formação assume um papel fundamental.

As tecnologias alternativas (de processo), que demonstram-se ser de grande necessidade a maioria dos agricultores, a capacidade (formação) do agricultor, ao invés dos recursos escassos e externos. A organização dos agricultores, condição para que os mesmos se tornem e beneficiários do desenvolvimento, exige que eles tenham as capacidades (a formação) necessárias para levar adiante os processos organizativos e para implementarem os planos e projetos elegidos pelos grupos, nos quais colocam as suas esperanças (NEUMANN, 1992, p. 154).

As Escolas do Campo são essenciais nesse processo e cumprem com a função de emancipar os agricultores por meio da educação informal. Reconhecendo e validando os conhecimentos dos camponeses, em seu Projeto Político-Pedagógico busca produzir as transformações na vida concreta das famílias e comunidades. A metodologia capacita os pequenos agricultores para definir a sua própria agenda.

Os conteúdos curriculares das Escolas do Campo permitem que os agricultores desenvolvam sua capacidade de compreensão das diferentes demissões do meio rural, a sua capacidade crítica e sua capacidade de formular propostas de solução para os seus problemas e da sua comunidade. Deste modo, os saberes e conteúdos orientados no currículo das Escolas do Campo, além de terem uma relação direta com as vivências e as experiências dos agricultores, procuram, também, estimular o desenvolvimento de competências e habilidades sociais, culturais e produtivas no meio rural. Nesse sentido, as Escolas de Campo têm como pressuposto a valorização da experiência anterior, que é única para cada pessoa.

Outros objetivos das Escolas de Campo são a redução da desigualdade de gênero, visando grupos minoritários, desenvolvimento comunitário e o reforço da capacidade organizativa dos camponeses através de cooperativas e outra organização dos camponeses. A busca por práticas mais sustentáveis de produção também integra os

objetivos das Escolas de Campo; os agricultores aprendem nas aulas sobre meio ambiente e mudanças climáticas, como usar de modo sustentável a terra e a água, redução de impactos ambientais negativos da agricultura e proteção do meio ambiente local e ativos naturais.

As questões relacionadas com a saúde da população também são temas discutidos dentro das Escolas de Campo. Para Khisa (2010), a Escola de Campo dá ênfase à observação, discussão, análise, tomada de decisão coletiva, apresentação e tomada apropriada coletivo e individual. Suas raízes estão na ecologia. Introduz conhecimento capacitando os agricultores - muitos deles mulheres - na identificação de ações.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho, partiu-se da ideia de realizar uma pesquisa de natureza qualitativa e aplicada. Seria relevante na medida em que permitiria conhecer, discutir e investigar alguns aspectos contemporâneos ligados à instituição e ao desenvolvimento dos serviços de Extensão Rural e as principais abordagens e práticas que norteiam a organização dos serviços públicos na República de Angola, bem como a ação dos seus agentes.

Por outro lado, como cidadão angolano, foi possível ressignificar os interesses e dar relevância a uma investigação acerca de tais questões. Decidiu-se por discuti-las nos vários espaços públicos e, posteriormente, usar os resultados da pesquisa como fundamento para novos estudos e inovadoras estratégias capazes de mobilizar as populações angolanas a reconhecer as potencialidades dos serviços de Extensão Rural.

Dessa forma, constatou-se que, nos diferentes momentos da história política de Angola, as mudanças verificadas no sistema social influenciaram na organização dos serviços de extensão e desenvolvimento rural. Os sucessivos momentos pelos quais o país passou permitiram a construção de diferentes visões sobre quais/qual abordagens/metodológicas/a de extensão rural seriam ideais para o contexto angolano.

Na era colonial, as intervenções dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural utilizavam uma abordagem amparada na difusão de tecnologia, com base na experiência do Estado de Santa Catarina (Brasil). Suas ações visavam alterar a forma de produção dos agricultores indígenas. Com o início da guerra de libertação, os serviços de Extensão Rural foram paralisados.

Nesse cenário, as mudanças nas ações públicas de desenvolvimento rural, concernentes ao papel dos serviços de extensão, nortearam as funções que os extensionistas desempenharam em diferentes fases. Essa trajetória foi responsável por instituir nas organizações de ATER um modo de agir, de fazer, de pensar e de conduzir as ações de extensão por parte do estado angolano.

Após o fim dos anos de conflito armado, que levou à extinção do antigo serviço de Extensão Rural (ERA), as ações da ATER entram em uma nova fase, derivada de um processo de reflexão que foi feita em muitos países ao redor do mundo sobre um impacto negativo da metodologia baseada na revolução na vida das populações rurais. Dessa forma, as novas políticas públicas de extensão fazem uso de metodologias participativas, levando em conta as questões de gênero.

Dessa forma, esse trabalho teve como principal objetivo descobrir como se dá a implementação das Escolas de Campo para agricultores nas duas regiões definidas pela pesquisa, bem como revelar a percepção dos extensionistas sobre esta abordagem quanto às suas vantagens e limitações. Nesse contexto, a metodologia de Escolas de Campo tem se mostrado promissora no contexto angolano por ser mais adequada na resolução de problemas que requerem a busca de soluções dentro da comunidade.

Angola é um país com pouco investimento em pesquisa agrícola, ou seja, o país tem pouca capacidade de construir tecnologias que dão conta de suas distintas realidades. A pouca pesquisa que se produz para o setor, muitas vezes está totalmente desconexa com a realidade prática das comunidades rurais. A falta de vontade política, a forte dependência do financiamento externo, a carência de quadros qualificados são alguns dos fatores da estagnação para o desenvolvimento científico de Angola.

Indo ao encontro com a realidade, a metodologia utilizada tem se mostrado mais ajustada para a realidade das comunidades rurais por ser mais adequada para a resolução de problemas que requerem a busca de soluções dentro da comunidade.

Para mais, tais escolas propiciam o empoderamento dos agricultores, aprimorando os seus conhecimentos sobre as realidades locais, incentivando a busca de soluções locais para ultrapassar os problemas, tanto ao nível de produção quanto em nível social.

Trazendo a visão dos extensionistas sobre o assunto, essa metodologia tem demonstrado bons resultados na sua aplicação no campo. Contudo, os extensionistas apresentaram reclamações que não estão diretamente ligadas com a eficiência e eficácia da metodologia, mas que estão relacionadas com as condições sociais do país e com a importância que o governo central dá às atividades desenvolvidas por estes profissionais.

O primeiro ponto levantado pelos extensionistas é que a abordagem das escolas requerer uma maior proximidade com as comunidades rurais, condição que exige a contratação de um número maior de profissionais para atender às demandas apresentadas pelos agricultores. Os outros pontos de insatisfação por parte dos extensionistas estão ligados às más condições salariais e à falta de transportes, além das vias de acessos debilitadas. Por outro lado, uma percepção é que ela requer profissionais de Extensão Rural altamente qualificados para dar conta das diferentes dimensões que o meio rural apresenta, o que desde já se apresenta como um fator limitante para o contexto angolano onde existe uma carência de profissionais qualificados para atuar na área de extensão rural.

Ademais, as intervenções dos extensionistas nas referidas escolas sofrem influências de outras formas de abordagens de extensão rural. Cabe lembrar a reflexão de Landini (2016), para quem é possível estabelecer uma tipologia de abordagens de extensão rural. Contudo, não se deve pensá-las em termos de um conjunto de etapas em que uma supera a outra. Assim, ao invés de superar modelos, em nível de campo, será mais frequente encontrar hibridizações entre eles do que abordagens puras.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADRA. **Análise comparativa dos vários modelos de intervenção rural em Angola**. Antena Luanda / Bengo, primeiro módulo, 2003.
- AJANI, E. N.; ONWUBUYA, E.A. (2010) Farmer field schools (FFS) and Junior farmer field and life schools (JFFLS) as challenges to agricultural extension development and practice in Nigeria. **Journal of Agricultural Extension**, pub. Agricultural Extension Society of Nigeria (AESON) -ETF Supported, Vol. 14 (11) pp. 62 – 71.
- ALMEIDA, J. **Pesquisa em extensão rural: um manual de metodologia**. Brasília. MEC. Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior. p. 179. 1989.
- ALMEIDA, J. A. A extensão rural na perspectiva socioantropológica. **Ciência Florestal**, Santa Maria, v. 2, n. 1, p. 133-139, 1992.
- AMMANI, A.; AUTA, S.; ALIYU, J. Challenges to Sustainability: Applying the Problem Tree Analysis Methodology to the ADP System in Nigeria. **Journal of Agricultural Extension**, v. 14, n. 2, p. 35–45, 2011.
- ANANDAJAYASEKERAM, P. et al. Farmer Field Schools: An Alternative to Existing Extension Systems? Experience from Eastern and Southern Africa. **Journal of International Agricultural and Extension Education**. V. 14, n. 1, p 13, 2007.
- ANGOLA. Ministério da Agricultura e Florestas. Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatísticas. **Relatório de Resultados da Campanha Agrícola**. Luanda, 2019.
- ARDILLA, J. Extensión rural para el desarrollo de la agricultura y la seguridad alimentaria. Aspectos conceptuales, situación y una visión de futuro. **Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura (IICA)**. 127 p. 2010.
- ASIABAKA, C.C. 1994. the Rate of Adoption of Yam Minisett Technology among farmers in Imo State Nigeria. Final report, International Foundation for Science (IFS) Stockholm, Sweden.
- AXINN, G.H. Guide on alternative extension approaches. **Agricultural Education and Extension Service, Human Resources Institutions and Agrarian Reform Division**. Rome, FAO, 1988.
- BANCO MUNDIAL. **Projeto Agrícola de Produtores Familiares Orientado para o Mercado (MOSAP)**. Luanda. 2007.
- BARNETT, T.; BLAS, E.; WHITESIDE, A. AIDS Briefs Integrating HIV/AIDS into Sectoral Planning SERIES EDITORS World Health Organization, Global Programme on AIDS Support for Analysis and Research in Africa (SARA) Project Health and Human Resources Analysis for Africa (HHRAA) Project. 1996.
- BENOR, D.; BAXTER, M. (1984) **Training and Visit Extension**: - Washington, D.C.: The World Bank.
- BIELSCHOWSKY, C. E. et al. **Sistemas agrários**. p. 71, 2013. Disponível em: http://issbrasil.usp.br/artigos/a1_123.pdf enfoque sistêmico citação1. Acesso em: 02 Jan 2020.
- BORDENAVE, J. E. D. **O que é comunicação rural**. São Paulo: Editora brasiliense, 1983.
- BRAUN, A., JIGGINS, J., RÖLING, N., VAN DEN BERG, H., SNIJDERS, P., 2006. **A global survey and review of farmer field school experiences**. International Livestock

Research Institute (ILRI) Final Report. The Netherlands.

CALUNDUNGO, A. J. D. A. Z. **Mediação Social em Angola: relações de interfaces entre ongs e camponeses na região do planalto central, província do huambo, município da Caála**. Tese (Doutorado em Sociologia) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. p. 281. 2013.

CASTELO, Cláudia. Projeto-piloto de extensão rural do Andulo (Angola): conhecimento, desenvolvimento e contra subversão. **Ler História**, n. 76, p. 153–178. 2020.

CERVO, A.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia Científica**. 6ª ed. São Paulo: Pearson, 2006.

CHAMBERS, Robert. The Origins and Practice of Participatory Rural Appraisal. **World Development**. v. 22, n. 7, p. 953-969. 1994.

CHAMBERS, R. CONWAY, R. (1992). Sustainable rural livelihoods: Practical concepts for the 21st century. IDS discussion paper, No. 296. pp.127-130.

CHRISTOPLOS, I.; SANDISON, P.; CHIPETA, S. **Guide to evaluating rural extension**. Lindau: Global Forum for Rural Advisory Services, 2012. 56 p. Disponível em: Acesso em: 20 fev. 2021.

DIAS, Marcelo Miná. **Abordagens, modelos e modalidades da extensão rural**. 2018.

DIAS, M. M. **Condicionantes da ação extensionista como processo de interação**. Viçosa: UFV, 2012. (Apostila).

DIESEL, Vivien; DIAS, Marcelo Miná. Fundamentos teórico-metodológicos da extensão rural – quais fundamentos? In: **2º Seminário Nacional de Ensino em Extensão Rural**. 1 a 3 de dezembro de 2010. Santa Maria – RS.

Djeddah C; Mavanga R; Hendrickx L. (2005). Junior farmer field and life schools: experience from Mozambique. In Gillespie S (ed) **AIDS, Poverty, and Hunger: Challenges and Responses**, 325–39. International Food Policy Research Institute, Washington DC. Available at [http://www.reliefweb.int/rw/lib.nsf/db900sid/PANA-7LRENM/\\$file/ifpri_dec2006.pdf?openelement](http://www.reliefweb.int/rw/lib.nsf/db900sid/PANA-7LRENM/$file/ifpri_dec2006.pdf?openelement) (last accessed July 2010).

DOMIT, L. A.; LIMA, D.; ADEGAS, F. S.; DALBOSCO, M.; GOMES, C.; OLIVEIRA, A. B.; CAMPANINI, S. M. S. **Manual de implantação do treino e visita (T&V)**. Londrina: Embrapa Soja, 2007.

DUARTE, D. N. **As diferentes abordagens da ação extensionista e suas implicações para o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – INCAPER**. Viçosa, 2012. 188p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais, 2012.

FAO. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura: **Quanto você sabe sobre Farmer Field Schools**, c2014. Página inicial. Disponível em: <https://www.fao.org/zhc/detail-events/en/c/241850/>. Acesso em 8 de dez. de 2021.

FAO. **Escolas de Campo para Agricultores: Práticas Fundamentais para Implementadores de RRC**. Tradução de Bangula Lingo Centre. 2014. 44 p.

FERREIRA DE ALMEIDA, A. F. **O Pequeno Agricultor africano: problemas que enfrenta e perspectivas sobre o seu futuro**. Departamento de ciência política e políticas públicas. 2015.

FIDA. **República de Angola: Avaliação da Estratégia e do Programa do País**. 2017.

FRAGA, L. A. **A guerra colonial: 1961-1974**. Paper (Universidade Autónoma de Lisboa) 2007.

FRITZ FILHO, L. F.; MIGUEL, L. A. A utilização da abordagem sistêmica para o diagnóstico de realidades agrícolas municipais. **Teor. Evid. Econ.**, v.8, n.15, p. 151- 167, 2000.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

HAVERROTH, Célio. **Extensão rural pública: métodos, possibilidades e limitações para a transição agroecológica no oeste de Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

INE. Instituto Nacional de Estatística. **Resultados definitivos recenseamento geral Da população e habitação de Angola 2014**. Luanda: INE, 2014.

JOFCA. Technical manual on participatory approach : technical manual series on the feasibility study on the forest management plan in the central highland in Socialist Republic of Viet Nam. **Japan International Cooperation Agency**. Toquio. 2002

JONES, Gwyn E. and GARFORTH, Chris. “The history, development, and future of agricultural extension”, in Swanson, Burton E., Bentz, Robert P. and Sofranko, Andrew J. (eds.). **Improving agricultural extension – A reference manual**. Rome : Food and Agriculture Organization of the United Nations, 1997, 316 p. Disponível em: <http://www.fao.org>.

JOSÉ FILHO, M.; DALBÉRIO, O. (Org.). **Desafios da pesquisa**. Franca: Ed. UNESP FHDSS, 2006.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento Rural: Conceito E Medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, v. 21, n. 3, p. 379–408, 2004.

KHISA, G. S. Farmer Field Schools: From nobodys to role models. **Rural** 21, v. 44, n. 2, p. 27–29, 2010.

KOSTOV, P.; LINGARD, J. Subsistence Farming in Transitional Economies: Lessons from Bulgaria. **J. Rural Studies**. v. 18. p. 83-94. 2002.

KUMMER, L. Metodologia Participativa no Meio Rural: uma visão interdisciplinar. Conceitos, ferramentas e vivências. p. 155, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; Marconi, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologias Científicas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LANDINI, F. P. Enfoques y Prácticas de Extensión Rural Públicas. **Revista de Economía e Sociología Rural**, v. 54, n. 1, p. 167–186, 2016.

MAPIYE, O., G. MAKOMBE, A. MOLOTSI, K. DZAMA and C. Towards a revolutionized agricultural extension system for the sustainability of smallholder livestock production in developing countries: The potential role of icts. **Sustainability**. 13(11) p. 5868. 2021.

MARCOS, C.; PEREIRA. **Métodos e meios de comunicação em extensão Rural**. 2009.

MAUNDER, A. Agricultural Extension: **A Reference Manual**, abridged version, Food and Agriculture Organization of the United Nations, Rome, 1972.

MENDONÇA, S. R. de. Extensão rural e hegemonia norte-americana no Brasil. **Rev. de História**. Unisinos. São Leopoldo: 2010. p.180-196.

MORTON, J.F. (2007) The Impact of Climate Change on Smallholder and Subsistence Agriculture. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, 104, 19680-19685.

MINAGRIP. **Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura e Pescas**. Luanda. 2020.

MÜLLER, T. R. (2010). **AIDS mitigation through agriculture-based interventions in rural contexts: junior farmer field and life schools and future livelihoods in central Mozambique**. Singapore Journal of Tropical Geography, 31(3), 330–342.

MUSSOI, E.M. **Enfoques pedagógicos para uma Extensão Rural Agroecológica**. 2006. Disponível em: <http://docplayer.com.br/71322664-Enfoques-pedagogicos-para-uma-extensao-rural-agroecologica.html>. Acesso em 02 fev. 2020.

NDAMBUCA, J. H. **Histórias cruzadas: Extensão Rural no Brasil (do Oiapoque ao Chuí) e Angola (de Cabinda ao Cunene)**. Dissertação (Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento) Faculdade de Ciência e Engenharia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Araçatuba. p. 87. 2020.

NEUMANN, P. S. **A formação de Agricultores: uma ação essencial ao desenvolvimento rural alternativo**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. p. 179. 1992.

NKONYA, Ephraim et al. From best practice to best fit: a framework for designing and analyzing pluralistic agricultural advisory services worldwide. **International Food Policy Research Institute**. 2006.

OLINGER, G. **Aspectos Históricos da Extensão Rural no Brasil e em Santa Catarina**. Florianópolis: Epagri, 2020.

OLINGER, G. **Vulgarização em zonas rurais de sociedades subdesenvolvidas: Filosofia e Metodologia**. Luanda: JPPA. (1971).

OLIVEIRA, M. L. R. **Reflexões sobre o uso de metodologias participativas como instrumento de trabalho em comunidades rurais**. Em Extensão, Uberlândia, v. 14, n. 1, p. 30-51, jan. / Jun. 2015.

PACHECO, F., CARVALHO, M. L., HENRIQUES, P. D. (2013). **Contribuição para o Debate Sobre a Sustentabilidade da Agricultura Angolana**. Universidade Metodista de Angola. Luanda: Universidade de Évora / Comissão Executiva do 2.º Encontro Luso-Angolano em Economia, Sociologia, Ambiente e Desenvolvimento Rural / Universidade Metodista de Angola.

PAIN, R. S. **Desafios da Participação Social em um País de Conflito Agudo: Estudo a partir da ONG Angolana Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA)**, 2007.

PEIXOTO, M. **A extensão privada e a privatização da extensão: uma análise da indústria de defensivos agrícolas**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Seropédica: UFRRJ, 2013.

PINHEIRO, S. O enfoque sistêmico e o desenvolvimento rural sustentável: Uma oportunidade de mudança da abordagem hard-systems para experiências com soft-systems. **Journal of Petrology**, v. 369, n. 1, p. 1689–1699, 2000.

PÖSSINGER, H. **Exposição feita pelo investigador Hermann Possinger**, do IFO-Institut de Munique, na sessão de 24.7.68 do Conselho de Coordenação Agrária de Angola. Luanda: MIAA. Documento policopiado. 1969.

PÖSSINGER, Hermann. **Landliche Genossenschaften in Angola: Ein unterbrochenes Experiment**. Afrika Spectrum, 10 (3), pp. 233-44. (1975).

PÖSSINGER, Hermann. **Problemática da instalação de projecto de extensão rural no planalto central angolano**. Luanda: JPPA. (1971).

- PURCELL, D.L., ANDERSON, J.R. (1997). **Agricultural extension and research: Achievements and problems in national systems.** World Bank Operations Evaluation Study. The World Bank, Washington, DC.
- PUERTA, S. DE. **Extensión Agraria e desarrollo rural.**- Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, 1996.
- RAIMUNDO, I. (2011). Migração e HIV/SIDA em Moçambique: Desafios da região centro de Moçambique. **Espaço Tempo São Paulo**, nº 29-Especial, pp43-55.
- RAMJATTAN, J., CHOWDHURY, A., GANPAT, W. (2020). Agricultural extension agents' use of learning-based extension methods in Trinidad and Tobago. **Journal of Learning for Development.** 7(2), 142-160.
- ROBERTS. N. Agricultural Extension in Africa. **A World Bank Symposium. World Bank Document.** 10202, Washington D. C., 201 pp. 1989.
- SCHNEIDER, S. Da crise da sociologia rural à emergência da sociologia da agricultura: reflexões a partir da experiência norte-americana. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 14, n. 2, p. 225-238, 1997.
- SILVA. E, L.; MENEZES. E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação.** 4. ed. Florianópolis, p. 121. 2005.
- SIMPSON, B. M.; OWENS, M. Farmer field schools and the future of agricultural extension in Africa. In: **Sustainable development dimensions.** Rome: FAO. 2002.
- SOUSA, António Manuel. **A epidemia pelo HIV/AIDS e suas repercussões sobre a saúde da população Moçambicana (1986 a 2003).** Fundação Oswaldo Cruz - Escola Nacional de Saúde Pública. Mestrado, p. 100. Rio de Janeiro, 2007.
- SWANSON, B.E.; CLAAR, J.B. (1991). História e Evolução da Extensão Rural. In Swanson, B.E. 1991. **Extensão Rural: Manual de Referência**, 2ª ed. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Roma. FAO. (pp 1-20).
- SWANSON, B.E., CLAAR, J.B. The history and development of agricultural extension. In: Swanson, B.E. (Ed.), **Agricultural Extension. A Reference Manual**, Rome, p. 1–19. 1984.
- TRUE, Alfred Charles. **A History of Agricultural Extension Work in the United States 1785-1923.** Washington: US Dept of Agriculture. 1929.
- VAN DEN BERG; JIGGINS, J. (2007), Investing in Farmers--The Impacts of Farmer Field Schools in Relation to Integrated Pest Management. **World Development.** v 35, (4), 663-686.
- VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico Rural Participativo: una guia practica.** Santo Domingo, República Dominicana: Centro Cultural Poveda, 2003. 118 p.
- WADDINGTON, H. **Farmer field schools From agricultural extension to adult education** March 2014 Systematic Review Summary 1. n. March, 2014.
- WADDINGTON, H., Snilstveit, B., Hombrados, J., Vojtkova, M., Anderson, J. and White, H. 2012. **Protocol: Farmer Field Schools for Improving Farming Practices and Farmer Outcomes in Low- and Middle-income Countries: A Systematic Review**, The Campbell Collaboration, Oslo.

ANEXOS

Extensão Rural Pública no Norte e no Centro De Angola: Abordagens e Práticas

Essa pesquisa serve como requisito parcial para obtenção do grau **de Mestre em Extensão Rural**.

Estimados extensionistas, ao cumprimentá-los espero encontrá-los bem de saúde, meu nome é Sebastião Mendes, sou estudante do Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, Brasil). Neste momento, estou a conduzir uma pesquisa sobre **Extensão Rural Pública no Norte e no Centro De Angola: Abordagens e Práticas**. No que gostaria de contar com a vossa colaboração para o desenvolvimento e a materialização da mesma. Abaixo descrevo o objetivo geral da pesquisa e a motivação que me levou a estudar sobre o assunto. Ao final deixo anexado o roteiro da entrevista.

Motivação e Objetivo

A opção por um trabalho desta natureza decorre da importância de se discutir e investigar aspectos ligados à criação e ao desenvolvimento dos serviços de extensão rural e as principais abordagens e práticas de extensão rural que norteiam a organização dos serviços públicos no campo, bem como a ação dos seus agentes.

QUESTIONÁRIO

Roteiro de entrevista: Extensionistas

Entrevista no _____

Parte I

1. Nome:
2. Município onde atua: _____
3. Sexo: masculino () feminino ()
4. Ano que entrou na instituição _____
5. Qual o nível de formação de mais alto grau que você já completou. Escreva também o nome do curso _____
6. Qual cargo/função você exerce IDA?
 Engenheiro agrônomo
 Técnico agrícola
 Extensionista de bem estar social
 Médico veterinário
 (...) outro Especifique: _____

Parte II

7. Elenque as ações (atividades) que você desenvolve?
8. Nas ações com os agricultores quais os métodos utilizados?
9. Caracterizar os objetivos de cada ação?
10. Em cada ação onde são buscados os conhecimentos e quem fornece?
11. Como é que você define o trabalho do extensionista?
12. Quais são as principais dificuldades na formação do extensionista rural?
13. Quais os principais gargalos na perspectiva da instituição que trabalha?
14. Existem espaços de formação para agricultores e para os extensionistas?

15. Como você define a relação com os agricultores e os extensionistas?

16. Na sua visão como seria a relação dos agricultores com os profissionais de extensão?